

director António Realinho

# VIVER

VIDAS E VEREDAS DA RAIA

publicação semestral  
distribuição gratuita

23 edição

agosto  
'15

## TRANSIÇÕES 2020

Que protagonistas e objetivos?



adraces

Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro - Sul



Luís Afonso, "Portugal" (22.02.2004)

Retirado do livro ":) Europa - Cinquenta Anos dos Tratados de Roma",  
Edição do Parlamento Europeu, 2007.

**VIVER**  
VIDAS E VEREDAS DA RAIA

**23** edição | agosto '15

*Luís*

Estatuto Editorial e Estatuto Redatorial da Revista VIVER  
Consulte a página:  
[www.adraces.pt/conteudos/index.php?id=65](http://www.adraces.pt/conteudos/index.php?id=65)

# ABORDAGEM LEADER em vez de PROGRAMA LEADER para fazer crer que o LEADER continuava?

António Realinho

[O Diretor]

A ADRACES e a VIVER não podem alhear-se (sem trair os princípios fundadores da sua existência) da defesa dos valores, práticas e metodologias que estiveram na origem da criação da rede nacional das Associações de Desenvolvimento Local (de que faz parte), como elementos nucleares dos êxitos de aplicação do Programa e da metodologia de Desenvolvimento Rural, de âmbito local, integrado e territorializado: LEADER.

As transições podem e devem ser também momentos de reflexão sobre o que se está fazendo. Sobre o que estamos a fazer, nós e os outros, e sobre o que nos “obrigam” a fazer quem nos dirige e condiciona.

Porque nós também somos base intermédia do topo, que a partir de nós se estrutura para cima até aos níveis da conceção e decisão das políticas, e para baixo até aos protagonistas finais, entendemos que este é também o tempo de contribuir com o resultado da nossa experiência, para propor corrigir tudo aquilo, cujos resultados práticos negativos demonstrem desvios de rumo em relação à verdadeira e original matriz do LEADER e, em nosso entender, são bloqueios que muito dificultam o Desenvolvimento Rural.

Sabemos não ser este o espaço apropriado para fazer uma análise metódica desses “desvios”, coisa que requer muito mais tempo e espaço, mas se torna cada vez mais necessária. A título de exemplo, que-remos salientar apenas um aspeto, porventura, o mais negativo de todos: a progressiva e total perda de autonomia da gestão das estratégias propostas pelas ADL e aprovadas pelas tutelas, subordinando-as a regras burocráticas de carácter geral e segundo a inspiração político-partidária de cada governo, aplicadas de cima para baixo, sem ponderação alguma das especificidades de cada território, pensadas exclusivamente para facilitar a vida e o trabalho da tecnocracia de enquadramento, reduzindo as suas tarefas ao controlo de “papéis”, supostamente substitutos fiáveis duma verificação e avaliação direta no terreno.

**Para que pareça que o Desenvolvimento Rural de âmbito Local ainda existe:**

Pensaram, fazendo fé no dizer do poeta, que bastaria acrescentar aos nomes das políticas atuais de Desenvolvimento Rural (Existem?) a palavra – “LEADER”. Ainda que soe como se escrita e de significado “à portuguesa”, quando na verdade se tratava de um acrónimo duma designação ingle-

sa bem precisa, identificadora de um Programa de práticas de intervenção social em espaços rurais que nada tinham a ver com as normais noções de “liderar ou liderança” quando, pelo contrário, tinham tudo que ver, no essencial, com: “Parcerias e Autonomias” da base para o topo.

Para dar-lhe cunho de “autenticidade”, decidiram aproximar-se da verdade deixando de lhe chamar, como originalmente, Programa ou Políticas de *Ligação Entre Ações de Desenvolvimento Rural (LEADER)* e passaram a chamar-lhe tão só **Abordagem Leader**.

**Passar da aplicação do Programa LEADER à simples aplicação de uma abordagem Leader**, foi como passar de um excelente e genuíno “Porto” a um vinho “Tipo Porto”, destinado a contrariar radicalmente os efeitos benéficos do Produto original, retirando aos produtores toda a autonomia de intervenção no fabrico do seu produto, utilizando a designação (tipo Porto) como a “tal qualquer coisa de verdade” para dar credibilidade à mentira!

Na prática, os efeitos foram desastrosos. Quando Michel Laine, o sensível e competente animador de desenvolvimento Rural francês, concebeu e propôs à antiga DG VI o Programa LEADER não podia imaginar que chegaria o dia em que o seu “ tiro”, por cumplicidades entre a Comissão Europeia e as tecnocracias dos Estados-membros, sairia pela culatra, chamuscando as vidas das populações rurais europeias em geral e, muito em particular, as dedicações profissionais de alguns milhares de apaixonados animadores das metodologias de intervenção por si defendidas.

No nosso país, a desestabilização e, em alguns casos, a politização do “Universo das Associações de Desenvolvimento Local” provocou enormes danos às equipas técnicas destas Associações, também designadas por Grupos de Ação Local – GAL.

Amordaçando-as com ameaças contínuas de cessação de atividade ou esvaziamento de funções, de forma a obter uma generalizada aceitação mais ou menos pacífica do contínuo processo de desvirtuamento dos princípios e metodologias do Programa LEADER.

Os êxitos obtidos em toda a Europa por este programa tornaram-no Escola em todo o Mundo. Que a Europa tenha conseguido banalizar e desfazer os seus fundamentos (dada a atual situação), não surpreende, entre eles o princípio de entregar a grupos locais das Sociedades Civas organizadas a gestão de dinheiros públicos, mérito pioneiro absoluto do Programa LEADER, é coisa que merece ser tida em conta, se algum dia chegar a ser útil refletir sobre a ascensão e decadência da construção Europeia.

A VIVER estará sempre interessada e disponível, para reavivar e lutar pelos bons princípios do Programa LEADER, tal como foram anunciados à nascença.

Caros leitores:

**- Em casa de ferreiro, o espeto não pode ser de pau... numa casa rural, não se pode esquecer o conhecimento.**



edição **23**  
agosto  
'15

# VIVER

## ficha técnica

**Diretor** António Realinho

**Diretor Adjunto** Teresa Magalhães

**Editor** Camilo Mortágua

**Conselho Editorial** António Realinho, Teresa Magalhães, Camilo Mortágua, Rui Miguel, Teresa Riscado, Clarisse Santos e Filipa Minhós

**Redação** Teresa Magalhães; Rui Miguel; Filipa Minhós; Clarisse Santos; Sandra Vicente; Paulo Pinto

**Design e Direção Gráfica** DallDesign, Lda.

**Produção Gráfica (Paginação/Impressão)** DallDesign, Lda.

**Capa** DallDesign, Lda.

**Ilustrações** Luís Afonso

**Colaboram neste número** Ana Paula Laborinho, António Canoso, Associação The Big Hand, Assunção Cristas, Catarina Vaz Velho, Conselho Português para os Refugiados, Fátima Proença, Isabel Baltazar.

### Outros colaboradores

Abel Cuncas; Aida Rechená; Alberto Melo; Amândio Silva; Andreia Courela; Ana Isabel Trigo Morais; Ana; Paula Fitas; Ana Vale; Aníbal de Almeida; António Covas; António de Abrunhosa; António Salvado; António Tavares Proença; Armindo Jacinto; Assunção Pedrosa; Calisto Tamor; Carlos Maia; Carlos Rosa; Celestino de Almeida; Domingos Santos; Élia Afonso; Elsa Ligeiro; Emílio Magro Martins; Fernando Paulouro; Fernando Raposo; Filipa Carvalho; Géraldine Lechevalier; Gérard Bravis; Gérard Peltre; Guilherme Pereira; Hélder Henriques; Inês Pedrosa; Isabel Adónis; Jaime Novais; Jaime Pires; Jean Charles Lollier; Joana Barros; Joaquim Cabral Rolo; Joaquim Alberto Simões; Joaquim Manuel da Fonseca; João Andrade Santos; João José Fernandes; João Mário Amaral; João Miguel Pereira; João Ludgero; João Carlos Pinho; João Manuel Duarte; João Queiroz; Jolon; Jorge Brandão; Jorge Gaspar; Jorge Gouveia; José Almeida; José Carlos Costa Marques; José Joaquim Antunes; José Nuno Martins; José Portela; Josy Richez; Juan Manuel Gutiérrez; Lauro Moreira; Lopes Marcelo; Lorenzo Barbera; Luís Rocha; Luís Soares; Luís Valadares; Luiz Sá Pessoa; Manuel Santos Jorge; Manuel Gomes; Manuel Porto; Marco Domingues; Mário Moutinho; Maria José Martins; Maria de Lurdes Quaresma; Maria de Lurdes Santos; Maria Inês Rodrigues; Marie Noelle Hessel; Martine Theveniaut; Matilde Pedrosa; Miguel Freitas; Miguel Nascimento; Moisés Espírito Santo; Paula Gentil Santos; Paula Teixeira; Paulo Águas; Regina Lopes; Rui Morais; Rui Veríssimo Batista; Sílvia Vale; Soraia Barroca; Vergílio A. Pinto de Andrade; Víctor Oliveira; Víctor Santiago Tabares; Vítor Caldeira

**Depósito Legal** 289795/09

**Registo na Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC)** 124952

**Periodicidade** Semestral

**Tiragem** 8000 exemplares

### Propriedade

ADRACES  
Associação para o  
Desenvolvimento da Raia  
Centro-Sul  
[www.adraces.pt](http://www.adraces.pt)

Rua de Santana, 277  
6030-230 Vila Velha de Ródão  
Telef. +351 - 272 540 200  
Fax. +351 - 272 540 209

**Número de Identificação Fiscal (NIF)** 502706759

**Sede da Redação** Rua de Santana, 277  
6030-230 Vila Velha de Ródão  
**Email** [viver@adraces.pt](mailto:viver@adraces.pt)

A Revista VIVER é escrita ao abrigo do novo Acordo Ortográfico

## conteúdos

### 01 Do Diretor

ABORDAGEM LEADER em vez de PROGRAMA LEADER para fazer crer que o LEADER continuava?

### 03 Do Editor

Educação, ou apenas: boas maneiras / humildade / “fino trato” / bem-educado, fala muito bem / uma pessoa fina!?

### 04 Grande Tema

Transições

2020 - Que Protagonistas e Objetivos?

### 24 Tem a Palavra

Entrevista ao Presidente da Junta de Freguesia de Meimão, David Vila Boa

### 26 Rostos e Expressões da BIS

### 37 Ao Sabor da Pena

### 39 Sentir a Beira

### 41 Europe Direct BIS

Ano Europeu para o Desenvolvimento 2015

### 48 Associações Locais

Coletividades Locais, Viver no Concreto



Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro - Sul

# EDUCAÇÃO OU APENAS: boas maneiras / humildade / “fino trato” / bem-educado, fala muito bem / uma pessoa fina!?

Camilo Mortágua

[O Editor]

*Diz-se: “Para a mentira ser segura e atingir profundidade tem que ter à mistura qualquer coisa de verdade”*

(António Aleixo)

Será que a verdade, para ser aceite e compreendida, tem de ser muitas vezes repetida? Pensamos que sim.

Só que, como dizia Albino Forjaz Sampaio, “a verdade nua e crua é uma utopia para os mortais, porque nua seria logo presa, e crua causaria indigestão e repulsa.”

Quando falamos de educação e afirmamos que, sem ela, a vida em sociedade torna-se muito difícil, quando nos repetimos sem cessar dizendo que – EDUCAR – tem de ser como ALIMENTAR, tem de ser e é como respirar, estamos a repetir-nos indefinidamente.

Estamos convictos de que esta repetição, dita de todas as possíveis maneiras, e constantemente recordada, é indispensável ao desenvolvimento das pessoas, ao desabrochar de compreensões mais adequadas e justas do

verdadeiro significado de educação.

Ainda hoje, se escutam a toda a hora, expressões como: - *Conheço sim senhor, é uma pessoa muito bem-educada, uma pessoa fina, muito respeitadora e obediente!*

Ora, “ser fina,

*respeitadora e obediente e, porventura, modesta e simples”* não garante a educação da pessoa. Todos estes e outros atributos semelhantes podem existir em pessoas, cuja índole não enquadrada por princípios sociais regulamentadores de regras de convivência comum, fundamentadas nos saberes da memória coletiva, permanecem incapazes de compreender os seus próprios deveres e direitos.

Impor porque se tem o poder de o fazer, ou obedecer por medo, é sempre um ato de aviltar a dignidade de quem o sofre ou pratica, um ato de deseducar.

No atual contexto, de ampla penetração dos novos meios de comunicação social nos espaços rurais, a aproximação e entrosamento entre projetos territorialmente contíguos de natureza urbana e rural, tenderá a reforçar-se, obrigando as equipas técnicas de apoio ao Desenvolvimento Rural de âmbito local a integrar estratégias com objetivos setoriais diferenciados, mas territorialmente convergentes.

Tendo em consideração o que está feito e as condições do início desta nova fase de apoio, designado por Portugal 2020, aqui na VIVER, pensa-se que, a partir de agora, a ESTRATÉGIA deve privilegiar intensamente todas as políticas e medidas ligadas à Educação, ao Emprego e ao Associativismo - três deficiências fundamentais na nossa sociedade.

A ADRACES e a VIVER - Vidas e Veredas da Raia, perante as possibilidades de poder vir a gerir, dinamizar e divulgar novos programas e serviços de apoio ao desenvolvimento da Beira Baixa, preparam-se para dar um redobrado esforço de continuidade ao seu trabalho, ao acrescentar às instalações e pólos já existentes, um novo núcleo de instalações, com o objetivo de facilitar o acesso aos interessados de todo o distrito aquando das suas visitas a Castelo Branco.



# TRANS



# SIÇÕES

Vivemos rapidamente na incerteza do dia de amanhã. A velocidade das mudanças tornam o presente demasiado curto, estamos constantemente a entrar no passado, sem saber se já saímos do futuro!

São tempos incertos, sobretudo para quem começou a VIVER nos tempos em que a reduzida velocidade garantia a estabilidade dos percursos, de vida e de viagem.

Esta foi a palavra escolhida para PORTAL desta edição, porque já não nos é mais possível optar por um “Grande Tema” por edição. A cada momento, sobrepõem-se os temas importantes para as nossas vidas a exigir que prestemos atenção ao que é, ao que está sendo, ao que vai ser, e à melhor maneira possível de sobreviver em cada uma das situações!

A velocidade da informação, por muitos considerada uma grande conquista da humanidade, tornou-se na maior das dificuldades para a aprendizagem do essencial à passagem dos humanos por este planeta.

O chamado Objetivo 2020, designação lançada em moda pela Comissão Europeia, para identificar os grandes objetivos do desenvolvimento europeu até 2020, do momento de partida, e já se vislumbram no horizonte grossas ameaças de grandes desentendimentos comprometedores do sucesso.

Por cá, discussões públicas sobre as decisões tomadas e que se vão tomando a nível local e sub-regional, sobre como se pensa investir os milhões disponíveis para financiamento do desenvolvimento integrado de base territorial, também ainda lá não chegámos!

Podemos e devemos, pensamos nós, repetir coisas que devem ser constantemente lembradas: Educação, Educação, Educação, fomento generalizado da pedagogia do associativismo, apoio à consolidação e desenvolvimento das coletividades locais, três linhas transversais de ação que têm que ver com o desenvolvimento de todas as outras - Desemprego jovem, despovoamento e isolamento do interior, melhoria das condições de vida nas aldeias rurais, etc.

Se cada um de nós quiser ser, por muito pouco que seja, sujeito do que for sendo decidido (ser cidadão), as coisas caminharão muito melhor. Virar as costas ao conhecimento e acreditar apenas no juízo dos outros, é meio caminho andado para a miséria.

VIVER em transição, interessando-se por compreender o que passa por nós à velocidade da dinâmica 2020, eis o apelo.

Boa leitura.

**Se é amigo ou dirigente de uma coletividade, contate-nos.**

Entrevista com...

# ANTÓNIO BEITES

Presidente do Município de Penamacor



**Sugestões e comentários sobre o que fazer aos milhões que virão da Europa no próximo Quadro Comunitário. O que pensam os nossos autarcas acerca disso, primeiro enquanto cidadãos deste país, e depois, evidentemente, como responsáveis pelos seus territórios?**

Os Quadros Comunitários têm sido, de facto, balões de oxigénio enormes para o desenvolvimento do país, de projetos, e para potenciar o desenvolvimento das autarquias e dos municípios, onde se incluem os do interior do país, como Penamacor. O Quadro Comunitário tem uma duração de sete anos, com uma prorrogação, pelo que a estratégia definida pelo município tem de assentar no médio prazo. Importa definir uma estratégia clara e consistente, uma vez que durante este universo temporal da vigência do Quadro muita coisa pode ser feita. E, portanto, convém claramente que o rumo esteja definido, para que os resultados não sejam apenas pontuais, mas com implicações estruturais e de fundo para este território. É nessa ótica que eu entendo que os municípios devem trabalhar. E é nessa ótica que nós estamos a trabalhar. Estamos, inclusivamente, a ultimar a preparação de um plano estratégico para o desenvolvimento de Penamacor, pensando claramente no aproveitamento dos fundos comunitários numa estratégia de médio e longo prazo. Pela dimensão

dos fundos, Portugal vai, de facto, receber muitos milhões em diversas áreas, e as autarquias têm de estar preparadas para as exigências do Quadro Comunitário e com candidaturas pensadas que possam beneficiar desses fundos.

**Há algumas ofertas de serviços às Câmaras, às associações e a outros organismos, para a produção dessas candidaturas e para a definição de estratégias. Em sua opinião, quem deve pensar e elaborar estas estratégias?**

Penso que a melhor forma assenta na implementação de parcerias. Os executivos municipais podem ter ideias mais ou menos definidas do que querem, têm as suas ambições autárquicas de cada uma das localidades, mas duas cabeças pensam melhor do que uma só. E, cada vez mais, há entidades especializadas nestas matérias do planeamento e da estratégia, pelo que faz todo o sentido que sejam igualmente envolvidas. É um trabalho de parceria entre os executivos, entre o corpo técnico dos executivos e, claramente, entidades credenciadas e habilitadas para o efeito.

**Estamos a falar na capacidade de completar o financiamento europeu. Tem alguma ideia do esforço que há a fazer em relação a isso?**

As autarquias têm de gerir os seus orçamentos. Temos noção de que, nos municípios mais



pequenos do país, o fluxo económico é bastante reduzido e muito dependente do Orçamento Geral do Estado. E é com isto que têm de contar, porque as receitas destes pequenos municípios são muito pequenas, à exceção do Orçamento de Estado. E não podemos chegar sequer a questões de comparabilidade entre municípios pequenos e de outros de maior dimensão. Nós temos de ter uma estratégia implementada na ótica dos fundos comunitários, dentro do que é exequível em termos financeiros na nossa autarquia. Mas, obviamente, que temos obrigação de ir buscar alguns milhões aos fundos da UE para implementar projetos em Penamacor.

**Como se encontra a questão da compatibilização entre projetos de um município com os dos municípios vizinhos da região?**

Penso que a intermunicipalidade sempre foi algo que não funcionou bem em Portugal. E, sobretudo, nos meios pequenos, com o despovoamento e as pirâmides etárias claramente invertidas, ou, de facto, começa a existir um trabalho conjunto entre as autarquias, independentemente das rivalidades ou questões políticas que possam existir, ou o resultado final será não restar mais gente nestes territórios para executar.

E este é um problema não só de Penamacor, mas dos concelhos vizinhos, e de tantos outros de norte a sul do país, na faixa interior. Ou os municípios conseguem trabalhar com estratégias delineadas em conjunto, ou vamos assistir a um fim infeliz para todos eles.

**Considera que haverá clima e disposição para começar a trabalhar nessa linha?**

Creio que, dentro do atual programa autárquico, é muito possível que comece a haver a colaboração entre diversos municípios. Juntos, trabalhando para uma mesma causa e um mesmo fim. Mesmo considerando os interesses pessoais de uns e de outros, creio que será possível esse trabalho conjunto.

**E quais deveriam ser as áreas prioritárias para a aplicação desses dinheiros?**

Em territórios de baixa densidade, como são os nossos, tem de haver uma aposta clara na competitividade. Desenvolvimento dos nossos parques e áreas industriais, aposta na captação de investimento, instalação de empresas e criação de emprego. Para mim, isto é fundamental. Sem investimento não há empresas, sem empresas não há emprego, sem emprego não há pessoas. Se não houver a capacidade de atrair investimento, de fixar a parte empresarial, deixaremos de ser competitivos em qualquer área.

**Penamacor está aqui mesmo vizinha com Espanha. E verifica-se que do outro lado nos chegam muitos produtos, mostrando a sua grande capacidade de exportação, sobretudo na área da indústria alimentar. Podemos até afirmar que a Espanha está a alimentar Portugal em produtos frescos e hortícolas. O que é que podemos fazer em relação a esta situação?**

Temos de fazer o trabalho que não foi feito nos últimos anos. Nós temos capacidade produtiva, falta-nos organização e método de produção para conseguirmos ter escala e podermos competir

com os produtos que vêm do outro lado e do resto da Europa. Obviamente, necessitamos de ter escala para alcançarmos o poder negocial e competitividade necessários para concorrermos com esses produtos.

**E o que é preciso fazer para ganharmos escala?**

Voltamos à questão do trabalho conjunto entre municípios. Todos temos de começar a olhar os nossos vizinhos em prol de um objetivo comum. Tem de haver união. Inclusivamente, os agricultores têm de começar a trabalhar uns com os outros. Este é um problema que se arrasta há décadas. E basta passar a fronteira, para ver que em Espanha ela existe. A escala não está na propriedade. A escala está na organização.

**Se a escala está na organização, e se a organização passa pela capacidade de as pessoas se associarem umas às outras para ganharem escala, o que é que temos feito em Portugal para consolidar, educar, estimular essa capacidade?**

Temos um problema grave. Sempre se instalou um clima de desconfiança entre os agentes económicos, fruto da mentalidade portuguesa.

**EM TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE, COMO SÃO OS NOSSOS, TEM DE HAVER UMA APOSTA CLARA NA COMPETITIVIDADE**

No entanto, hoje em dia, grande parte dos nossos empresários e agricultores já têm outra formação e outra mentalidade, pelo que creio que será possível que as coisas se alterem no futuro. Penso que seja possível fazer uma sensibilização completamente diferenciada em termos do trabalho conjunto e comum entre os intervenientes no terreno, até porque a qualificação das pessoas interfere muito nesta matéria.

**Alguém vai ter de iniciar uma pedagogia favorável ao associativismo, à formação e sensibilização das pessoas para ganhar escala através do associativismo. Que políticas já existem neste país especificamente destinadas a dinamizar e a potenciar essa questão do associativismo?**

Começam já a existir exemplos no país em termos produtivos. Na nossa região, temos diversos produtos, nomeadamente de fruticultura, em que já se vê a associação de pessoas e que há entidades por detrás a fazer todo o papel da comercialização. E creio que o futuro tem, de facto, de passar por aqui. Mas julgo que isto só agora vai ser possível, devido a esta nova vaga de empresários e de produtores agrícolas que trazem uma perspetiva diferente do que pode ser a colaboração conjunta e a potenciação de uma economia de escala. É um caminho que não será fácil, mas que pode ser um motor forte de desenvolvimento.

**Qual é o papel da CIMBB (Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa) no processo?**

As comunidades intermunicipais surgiram de uma filosofia agregadora de “tomem lá dimensão, tomem lá escala”. Ou seja, a de haver políticas comuns definidas dentro dos vários territórios de cada uma das comunidades, numa ótica de estratégia de eficiência coletiva. Agora, haja vontade e haja capacidade de interação entre todos os municípios de cada comunidade, onde os bairrismos muito acentuados têm de ser definitivamente apartados para que se consiga trabalhar numa perspetiva comum, de visão global dos territórios de cada uma das comunidades.

**TEMOS DE CONTINUAR A VALORIZAR, SOBRETUDO NESTES TERRITÓRIOS, O NOSSO PATRIMÓNIO, QUE POSSUI UM POTENCIAL INCALCULÁVEL; VALORIZAR A NOSSA PAISAGEM NATURAL, OS NOSSOS RECURSOS ENDÓGENOS, OS NOSSOS PRODUTOS AGRO-ALIMENTARES.**

#### **E como é aprovada a estratégia?**

Internamente, nas comunidades, pelos vários municípios presentes em cada uma delas. Os princípios orientadores de cada uma variam consoante as características do território em que se inserem. Temos seis municípios na CIMBB e os seis reúnem-se para definir a orientação estratégica mais conveniente para o território.

**Há muito quem diga que o dinheiro da Europa sempre foi aplicado no betão e no cimento, e que a educação foi esquecida. Daí termos um défice nessa área. Qual é a sua opinião?**

O país está dotado de excelentes estruturas educativas. Eventualmente, há coisas que não

funcionam bem, mas um pouco por definição daquilo que é a política de educação do país. Não é, de todo, por falta de condições de infraestruturas. Hoje, não se pode dizer que Portugal não tem das melhores instalações a nível mundial. Não é por aí, garantidamente, porque os investimentos que foram feitos nos últimos anos são potenciadores de uma qualidade de ensino acima da média.

**Então podemos requalificar uma boa parte desse esforço feito, fazendo outras coisas? E o que podem ser essas outras coisas?**

Completamente. Podemos virar-nos mais para uma aposta empresarial, na competitividade das empresas, na captação de investimento. E temos outras áreas. Temos de continuar a valorizar, sobretudo nestes territórios, o nosso património, que possui um potencial incalculável; valorizar a nossa paisagem natural, os nossos recursos endógenos, os nossos produtos agro-alimentares. Temos um conjunto de fatores que podem ser potenciados e serem geradores de mais-valia para este território, sempre sob o chapéu do turismo. Cada município deve saber, de facto, vender o que tem para vender. E estes territórios do Interior têm um potencial turístico enorme ainda por explorar e terão de aproveitar fundos comunitários para o efeito.

Esta Beira Baixa quase atravessa Portugal. A parte Este, chamemos-lhe assim, é uma zona onde a mobilidade é mais ou menos fácil. Da fronteira até Castelo Branco, a mobilidade é fácil. O pior é o resto.

As vias de comunicação sofreram uma evolução muito grande nos últimos anos. Ainda assim a nossa região foi das mais prejudicadas. A não-execução do IC31, que seria a melhor e mais rápida via de ligação por auto-estrada entre Lisboa e Madrid, prejudicou-nos. No entanto, nunca foi entendida como via estruturante por parte do poder central para o país, quando sabemos que grande parte dos madrilenos faz praia na costa portuguesa, sobretudo no litoral centro. E julgo que se compararmos o nível de investimento que teria de ser feito com o potencial que ele iria trazer a nível nacional, creio que esta ligação da



A23 a Espanha por auto-estrada se justificaria plenamente. Foi um erro gravíssimo que os anteriores fundos comunitários não cobrissem uma obra destas, fundamental para o país, sublinho, e não só para a nossa região.

**E quanto ao reforço da capacidade educativa do concelho?**

O concelho dispõe de dois centros educativos. Por decisão superior, entendeu-se que era melhor concentrar os alunos do que manter as escolas pequenas nas freguesias. Nunca foi o meu entendimento. Penso que a educação deve estar próxima das pessoas. Mas as coisas não voltam para trás e a nossa realidade agora é esta. E é com ela que temos de trabalhar e garantir a melhor educação para as nossas crianças e jovens, numa interligação entre autarquia, agrupamento de escolas, agrupamentos de pais, encarregados de educação e os próprios alunos. Tudo isto para que, daqui a alguns anos, possamos dizer que o Interior do país também tem ensino de qualidade e de nível acima da média. É uma situação perfeitamente possível, basta apenas uma conjugação de esforços de todas as partes envolvidas.

**Já percebemos que há que atrair investimentos... Mas como? Pela cultura? Pela indústria? Pela agricultura? Por onde?**

Penamacor tem algumas áreas com grande potencial de investimento. Temos uma que, por fazermos parte integrante do perímetro de rega da Cova da Beira, teremos obviamente de potenciar. É uma prioridade, para a qual julgo que poderemos atrair bastante investimento. Depois, temos a vertente empresarial a começar pelos nossos produtos agro-alimentares, onde é possível também haver reforço de investimento. Começamos já a ter produtos agro-alimentares muito conceituados no mercado nacional e internacional. Temos igualmente uma área florestal que tem de fazer parte de um aumento de investimento no nosso concelho. E depois temos todo um conjunto de outras áreas que terão de passar pela aposta do reforço de utilização de infraestruturas desportivas, de captação de jovens para o nosso território, do desenvolvimento do turismo cinegético, do aproveitamento dos recursos naturais, do aproveitamento da nossa área protegida da Reserva Natural da Serra da Malcata. Além disso, queremos abranger todo o aproveitamento da via turística, da gestão do nosso património edificado. Toda a dinâmica destas áreas pode trazer fluxos económicos e, em última instância, a fixação de pessoas, que é o nosso grande objetivo. Mais de 50% da população de Penamacor tem mais de 65 anos e estes são números muito preocupantes. Ou temos a capacidade de aplicar uma estratégia capaz de inverter este ciclo ou, daqui a uns anos, não estaremos aqui a discutir como poderemos aproveitar o novo Quadro Comunitário.

**Gostaria de saber a sua opinião acerca desta polémica: Portugal recebe o apoio de fundos da Europa. Deve investir esses recursos prioritariamente nas zonas onde o retorno é mais rápido, ou nas regiões onde o atraso é**

**maior? É que esta discussão parece que não está decidida.**

Penso que deverá contemplar um equilíbrio. Costuma-se dizer que quem está mais atrás precisa sempre de mais para ver se apanha quem está à frente, mas a verdade é que quem está mais à frente também não quer perder o protagonismo financeiro em detrimento dos que estão atrás. Julgo que nisto tudo é necessário garantir que os municípios fiquem preparados para receber a estrutura de financiamento dos projetos comunitários, sob pena de grande parte das candidaturas não serem exequíveis por falta de financiamento das autarquias.

**MAIS DE 50% DA POPULAÇÃO DE PENAMACOR TEM MAIS DE 65 ANOS E ESTES SÃO NÚMEROS MUITO PREOCUPANTES. OU TEMOS A CAPACIDADE DE APLICAR UMA ESTRATÉGIA CAPAZ DE INVERTER ESTE CICLO OU, DAQUI A UNS ANOS, NÃO ESTAREMOS AQUI A DISCUTIR COMO PODEREMOS APROVEITAR O NOVO QUADRO COMUNITÁRIO**

**Há quem diga que as regras do Quadro Comunitário, negociadas com Portugal, quando são regras genéricas para todo o país são, em certos casos, viciosas e com maus efeitos. Por exemplo, a comparticipação nacional deveria ser diferenciada em relação ao desenvolvimento económico e social de cada território. Ou seja, se um projeto em Penamacor exige uma comparticipação de 40%, se calhar o mesmo projeto em Lisboa deveria exigir uma comparticipação de 60 ou 70%...**

Mas, infelizmente, essas políticas de discriminação positiva para o Interior não têm existido. E a não existirem, não é fácil reduzir ou eliminar os custos da interioridade. Temos perfeita noção de que ser competitivo hoje em Lisboa é muito mais fácil do que ser competitivo na Beira Interior. Esta é a realidade. Nunca houve essa sensibilidade, e parece-me, sinceramente, que continua a não haver, para que se olhe para os territórios do interior do país e para os territórios do mundo rural e de baixa densidade de outra forma. Afinal, estamos a falar de cerca de dois terços do território nacional. Não faz sentido nenhum que assim seja. Mas, infelizmente, tem sido assim.

Entrevista com...

# ARMINDO JACINTO

Presidente do Município de Idanha-a-Nova



## Perspetivas para o Novo Quadro Comunitário?

No tempo que ficou para trás, lembramos um país, uma região, uma Idanha-a-Nova e todos os concelhos limítrofes que precisavam de ser dotados, para conseguir coesão territorial, de infraestruturas viárias, de água, luz e outros serviços básicos, de escolas de qualidade, de investimento em centros culturais, de infraestruturas na área social. Em suma, o país precisava de infraestruturas. Hoje, o território está bem dotado dessas infraestruturas. O que é que não conseguimos nestes 25 anos? A coesão económica e social. Se repararmos, na atualidade, as assimetrias são mais gritantes. O despovoamento é mais gritante, a concentração de gente e de toda a economia no litoral é mais gritante. Ou seja, hoje, vamos ter de apostar nas pessoas e na economia, na criação de riqueza e na produção para alcançarmos a dita coesão económica e social. Esta região, como todas as outras do país, tem de contribuir para a produção, para a criação de riqueza e de emprego. No nosso caso, temos uma preocupação acrescida: que esta criação de riqueza e emprego também seja consequente com uma preservação de um património natural e histórico-cultural muito rico, que nos foi deixado por este despovoamento e diferença de desenvolvimento. O desafio do próximo Quadro Comunitário assenta em investir nas pessoas e na economia. Na economia para

criar a tal riqueza e emprego, e nas pessoas, que são quem dá sustento a isso. E temos de lutar contra uma filosofia que pensa o país a partir do Terreiro do Paço, com números. As escolas com menos de 21 alunos têm de fechar, os tribunais têm de fechar, as finanças têm de fechar. Os tempos são diferentes e temos de nos adaptar a eles, mas tem também de haver uma mudança de visão. Estes territórios, para fixarem riqueza e pessoas e captarem investimento e emprego, têm de ser atrativos, com oferta de serviços de qualidade e de proximidade, para que as pessoas que são daqui sintam o apelo a ficar e residir no mundo rural, e, simultaneamente, ser uma oportunidade de mudar de vida para uma geração qualificada que escolha um território de baixa densidade como morada de vida. Temos aqui características edafoclimáticas excelentes para a produção agrícola, agroindustrial, agroalimentar, das indústrias criativas, da economia verde, do turismo rural, do turismo de natureza... É preciso agora vendermos isto bem a nós próprios e ao país, para que as gerações qualificadas se sintam atraídas a desenvolver os seus projetos de vida aqui.

**Gostava de passar do enunciado geral ao particular. Uma geração qualificada, infraestruturas suficientes e de qualidade, mas falta-nos qualquer coisa. No que diz respeito ao setor primário, ouvimos, com alguma**

**insistência, a palavra “escala”. O que tem a dizer quanto a isto?**

Quando oiço essa coisa da escala, fico com nervoso miudinho. A escala de Portugal é esta e mais nenhuma, a não ser que pensemos em conquistar Espanha! E é com esta que temos de trabalhar. As estratégias de promoção do mundo rural e do setor primário serão uma oportunidade para o próximo

TEMOS CARACTERÍSTICAS  
EDAFO-CLIMÁTICAS  
EXCELENTE PARA A  
PRODUÇÃO AGRÍCOLA,  
AGROINDUSTRIAL,  
AGROALIMENTAR, DAS  
INDÚSTRIAS CRIATIVAS,  
DA ECONOMIA VERDE,  
DO TURISMO RURAL, DO  
TURISMO DE NATUREZA...  
É PRECISO AGORA  
VENDERMO ISTO BEM A  
NÓS PRÓPRIOS E AO PAÍS,  
PARA QUE AS GERAÇÕES  
QUALIFICADAS SE SINTAM  
ATRAÍDAS A DESENVOLVER  
OS SEUS PROJETOS DE VIDA  
AQUI

Quadro. Hoje, temos uma balança comercial, com um défice de cerca de 50% de matéria-prima do setor primário. Com as condições edafo-climáticas que Portugal oferece, no contexto europeu, temos características não só para esbater este défice como almejar ter superavit. E isto representa uma imensa oportunidade num país, em que cerca de 50% do território tem características de ruralidade, onde o setor primário tem todas as chances de se desenvolver. A somar à criação de matéria-prima há a criação de valor. Daí o agroalimentar, o agroindustrial, todo um conjunto de áreas que, à volta disso, podem fazer crescer a economia em territórios como este. Esta oportunidade permite-nos, de facto, outra coisa que nós perdemos neste últimos 25 anos: os chamados mercados de proximidade, a microeconomia, as microempresas, os pequenos agricultores e a produção alimentar que era característica do mundo rural em Portugal. E, se pegarmos no exemplo da Europa, vemos que esse tipo de mercados está a florescer. Por outro lado, os projetos que acontecem, ou que podem acontecer, em territórios da ruralidade, com maior ou menor dimensão, devem ter em grande conta a sua organização. Há organizações de produtores, e deve apostar-se na cooperação entre setores que tenham diferenciação no território (queijos, azeites, frutícolas, hortícolas, produção animal), juntando os pequenos produtores a outros de maior dimensão e, com isso, podermos ganhar

então alguma escala. E essa escala poder ser competitiva no mercado nacional e internacional.

**Do outro lado da fronteira geram-se excedentes de matérias-primas e produtos alimentares que todos os dias vêm abastecer o nosso consumo. Considerando que em Espanha a propriedade também é bastante dividida, o que é que aconteceu de diferente entre um lado e outro?**

Nós, nos últimos 25 anos, não fizemos uma aposta, pelo contrário, depreciamos o setor primário. As políticas nunca foram de incentivo ao desenvolvimento do setor primário. Já na transformação alimentar isso não aconteceu, até temos um setor que corrige em parte a balança comercial. No entanto, este setor importa a matéria-prima, nomeadamente de Espanha. E nós temos condições para produzi-la. Em Espanha, realidade que aqui conhecemos bem, houve sempre uma política de fixação de pessoas e de desenvolvimento do setor primário, muitas vezes subsidiado é verdade, mas que permitiu que em territórios de baixa densidade se fixassem pessoas.

**Houve uma discriminação positiva pela própria autoridade regional espanhola para territórios com estas características.**

Isso mesmo. E a realidade é que, passando a fronteira, vemos imediatamente os campos agrícolas trabalhados e a produzir. E um setor de criação de valor, agroalimentar e agroindustrial, existente e a produzir. Houve um trabalho diferente neste campo. E, em Portugal, sentimos agora esta mesma necessidade. Neste momento, em Portugal, o desafio que se nos coloca é só um: o de produzir e criar riqueza. Temos um território que foi muito abandonado, com imensas terras não cultivadas, muitas vezes com apoios próximos do não cultivo, e portanto tem de haver apoios não só para o cultivo, mas igualmente para a fixação de pessoas na ruralidade. Esses apoios devem ser não só à produção do setor primário, mas à sua transformação, à criação de turismo rural, à restauração... No fundo, das economias, das microeconomias e das economias de proximidade na ruralidade.

**O grande desafio é produzir mais e criar riqueza. Mas como produzir mais, se a organização dos mercados não permite o escoamento a quem produz a preços compensadores do investimento de produção?**

Para que é que se criou a Comunidade Económica Europeia, que evoluiu para União Europeia? Foi exatamente com essa preocupação. Hoje, a atividade empresarial, quer seja da atividade agrícola, da agroalimentar ou qualquer outra, comporta riscos para os seus empresários. Aqui, quando se faz investimento na área agrícola, têm de ser acautelados alguns aspetos, nomeadamente a elaboração de planos de negócio, estudar as necessidades do mercado e produzir para que elas sejam cobertas, etc. Ou seja, tem de haver, na atividade empresarial agrícola, os mesmos cuidados das outras atividades empresariais. E temos que explicar isto, culturalmente, às pessoas que agora estão disponíveis para investir em territórios como este. Portanto, este plano de negócios diz-nos logo que culturas devemos produzir, quais são as perspetivas de investimento

e onde devemos comercializar o produto. É isto que tem de ser feito. Além disso, neste território, também temos como responsabilidade ajudar para que isso seja feito. E aqui há um papel dos organismos públicos, das organizações de produtores, das associações, que passa por ajudar a gente jovem e que quer investir nesta área a elaborar os planos de negócios e a ajudar os seus investimentos. E aqui o próximo Quadro Comunitário pode também ajudar.

**Esta história da escala deve-se ou não, também, a uma deficiência portuguesa de matriz cultural de pouca disponibilidade para o associativismo? Esta questão não merecia políticas específicas de formação e sensibilização para o associativismo?**

## APROXIMAR MUITO MAIS OS PRODUTORES DOS CONSUMIDORES, NOS CHAMADOS MERCADOS DE PROXIMIDADE, QUE PERMITEM ATÉ FLUXOS DE PESSOAS QUE VENHAM POTENCIAR ATÉ OUTRAS ECONOMIAS, COMO O TURISMO RURAL, O TURISMO DE NATUREZA, O TURISMO DE SAÚDE E BEM-ESTAR, O TURISMO CULTURAL E PAISAGÍSTICO

Claro que sim. As entidades públicas, as associações, as organizações têm de estar disponíveis para ajudar a implementar os negócios e ajudar a implementar organizações associativas e corporativistas, permitindo que as pessoas também tenham o seu espaço de liberdade e de trabalho. Demonstrar o quanto a cooperação em associações e organizações é fundamental para juntar energias e esforços para desenvolver as suas atividades, não só na produção, como na qualificação, na venda, etc. Para isso, é preciso todo um trabalho de sensibilização e o próximo Quadro tem de fazer muito esforço nisso. Uma organização de produtores, hoje, à luz do próximo Quadro Comunitário, permite que as pessoas da organização de produtores possam comprar e investir em técnicos, na área comercial, no marketing, em maquinaria e equipamentos, que de outra forma seria mais difícil. Ou que alguém sozinho teria muito mais dificuldades. A escala está apenas na nossa cabeça. Só juntos conseguimos escala. Por outro lado, é preciso haver condições para o florescimento da microeconomia, que é o permitirá que o mundo rural seja repovoado. E, para isso, há alguns desafios na nossa legislação que também têm de acontecer, sobretudo em termos de fiscalidade. Tudo isto para evitar as economias paralelas que todos sabemos que existem, mas queremos evitar. Hoje, a legislação já permite licenciar

pequenos produtores que, até determinadas quantidades, possam estar legais, desde que a segurança alimentar esteja garantida. O que é necessário somar a esta legislação é realmente a fiscalidade. Se houvesse uma fiscalidade mais adequada, que favorecesse a pequena economia e a microeconomia, ela entraria no sistema e todos nós teríamos a ganhar com isso.

**Sobretudo na aposta de políticas que sejam capazes de reviver os chamados circuitos curtos.**

Estou totalmente de acordo. Aproximar muito mais os produtores dos consumidores, nos chamados mercados de proximidade, que permitem até fluxos de pessoas que venham potenciar até outras economias, como o turismo rural, o turismo de natureza, o turismo de saúde e bem-estar, o turismo cultural e paisagístico. Tudo isto, de forma a que as pessoas sintam um apelo natural a visitar e a procurar o mundo rural, um espaço de excelência, onde se passa tempo de qualidade, ao mesmo tempo em que se aprecia uma boa gastronomia e bons produtos regionais.

**Se isso não se fizer, há outra coisa que não se vai conseguir fazer. O de contrapor os efeitos perniciosos da hiperconcentração da distribuição alimentar. Temos de criar algumas defesas para aquilo que é natural, circundante, ou acabamos engolidos pela grande distribuição. Uma Direção Geral de Agricultura tem de saber quanto custa produzir uma tonelada de um produto no seu território. E dizer que abaixo desse valor não autoriza a venda desse produto. Senão quem produz aqui neste território, deixa de produzir. Agora, isto só se pode fazer com outras políticas, com outra maneira de organizar as coisas, com serviços descentralizados a fazer o seu papel...**

O Estado, como agente regulador, numa preocupação de sustentabilidade da sua despesa, deveria estar muito mais equilibrado em todo o território. E se é preciso reduzir a despesa do Estado, e estamos todos de acordo, também é preciso que a presença do Estado se equilibre mais em todo o país. O Governo de Portugal não é do Terreiro do Paço; é do país! Portanto, que serviços é que podem estar distribuídos pelo país? E que sejam distribuídos pelo país. É até uma forma de regular esta diferença. Não faz sentido nenhum que na Rua do Século, na área do Ambiente, trabalhem 250 funcionários, e no Parque Natural do Tejo Internacional haja apenas um ou dois vigilantes.

**E quanto ao relacionamento funcional entre os diversos poderes intermediários? Falo de CIM, CCDR... como é que tudo isto vai funcionar?**

Penso que andamos sempre a inventar coisas novas para chegar ao mesmo. Acho isso negativo, porque nós já tínhamos um conjunto de estruturas que, a funcionar mal ou bem, o importante era que as conseguíssemos rentabilizar. Agora a nossa realidade é esta e temos de saber trabalhar com ela. O que eu detesto é que venha um novo Governo ou uma nova política e altere tudo novamente. Perdemos imenso tempo e dinheiro nestas reformulações. Agora, com as comunidades intermunicipais, mal ou bem, há uma entidade que se está a criar na região que

é a Beira Baixa, com a qual sempre nos identificámos e que, quanto a mim, deveria incluir todos os municípios que a caracterizaram. Está criada há muitos anos, tem identidade e uma matriz cultural forte associada. Este é o aspeto positivo da CIM Beira Baixa. E eu acredito que quem faz a diferença nas organizações são as pessoas e são elas que têm de criar dinâmicas de cooperação, de entendimento e de busca de soluções, e deter a capacidade de se ultrapassarem diferenças e clivagens que sempre existem. Temos sempre de dar mais importância ao que temos de bom, à criação de valor, aos aspetos positivos. E estou otimista quanto à CIM.

**Há uma certa tendência das autarquias de comprarem serviços para pensarem, identificarem, elaborarem a sua própria estratégia de desenvolvimento. Uma população elege os seus representantes para defender os seus interesses. E os eleitos demissionam-se desse processo e compram um serviço para definir quais são os interesses dos seus eleitores. Para definir estratégias de desenvolvimento local, a sua opinião é a de assumir essa responsabilidade ou a de transferi-la a terceiros?**

Quem gere tem de ver, a determinado momento, se tem ou não capacidade para o fazer. E tem de definir estratégias a médio e longo prazo. E penso que, nos últimos anos, elas não foram pensadas nestes moldes. Planeámos menos bem. Muito a curto prazo e de aproveitamento imediato dos fundos comunitários. Importa pensar no que queremos para a nossa região e para as nossas terras. Isso é o planeamento de médio prazo, independentemente de estarmos cá nesse prazo ou não. E depois, sim, de iniciado este caminho de desenvolvimento, podemos começar a pensar nos instrumentos que existem para ajudar nesse desenvolvimento. Planear bem para executar bem. E planear com os atores que estão no terreno. Com as pessoas, com as empresas, com as instituições, com as associações e com todas as cooperações a que nós pertencemos (comunidades intermunicipais, associações de desenvolvimento local, redes de networking locais, regionais, nacionais e internacionais). É todo um trabalho de junção de todas estas sinergias. Para executar este

PLANEAR BEM PARA EXECUTAR BEM. E PLANEAR COM OS ATORES QUE ESTÃO NO TERRENO. COM AS PESSOAS, COM AS EMPRESAS, COM AS INSTITUIÇÕES, COM AS ASSOCIAÇÕES E COM TODAS AS COOPERAÇÕES A QUE NÓS PERTENCEMOS (COMUNIDADES INTERMUNICIPAIS, ASSOCIAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, REDES DE NETWORKING LOCAIS, REGIONAIS, NACIONAIS E INTERNACIONAIS).

plano, temos de saber utilizar os recursos que temos da melhor forma possível. A Câmara Municipal de Idanha-a-Nova investiu, nos últimos anos, em mais de 100 novos recursos humanos. Gente jovem. Investimos na formação e ainda hoje estamos a investir na formação profissional do ensino superior. Muitos dos serviços que hoje fazemos, desta gente nova que contratámos, já se repercute naquilo que são as nossas estratégias de desenvolvimento. No entanto, ainda assim, às vezes temos de recorrer à prestação de serviços externos que entendemos ser uma mais-valia para nós. Cabe a quem gere, em cada momento, saber avaliar esses aspetos e fazer a melhor escolha. Temos de acreditar que o faz da melhor forma. Se o faz ou não, os resultados o dirão.



Entrevista com...

# LUÍS PEREIRA

Presidente do Município de Vila Velha de Ródão



Temos uma cultura que não é exatamente a dos países nórdicos. E não podemos seguir os modelos deles como sendo os ideais para nós, quando as culturas são completamente distintas. O que lá funciona, cá pode não funcionar. E os resultados dos espanhóis também estão à vista. São assim tão diferentes dos nossos?

**Fizeram grandes associações, exportam...**

Não me parece que seja uma realidade muito diferente daquela que se vive hoje em Portugal.

**Todos os municípios, de alguma maneira, se confrontam com uma carência de meios para poderem apoiar convenientemente tudo o que são coletividades locais, associações, enfim, tudo o que mexe na base de uma comunidade. Parece que, até hoje, não foram criadas políticas específicas para apoiar esses grupos da sociedade civil. A ideia não é julgar nada... é só pensar que se a organização fosse mais livre, nos permitiria ter as mãos livres para executar outras coisas.**

Estes últimos 20 anos foram fundamentais no desenvolvimento de infraestruturas e, hoje, o papel das autarquias é ainda muito o de dinamizador das infraestruturas e da qualidade de vida dos cidadãos. E o governo promove

**Nós estamos confrontados, pelo menos no setor primário, quer aqui em Vila Velha de Ródão quer nos outros lados da Beira Interior Sul, com o problema da escala.**

Penso que não estamos a colocar o problema da forma correta. O problema não será tanto não termos escala, mas sim não termos mercado. O mercado está configurado para uma determinada escala que não é a nossa.

**Portanto, não temos escala para conseguir atingir o mercado, tal como ele está organizado. E, às vezes, essa escala não depende da divisão da propriedade, mas de outra coisa que os nossos vizinhos conseguiram resolver: ganhar escala através da união. É mais do que sabido que, em Portugal, temos um défice de predisposição para o associativismo.**

TEMOS UMA CULTURA QUE NÃO É EXATAMENTE A DOS PAÍSES NÓRDICOS. E NÃO PODEMOS SEGUIR OS MODELOS DELES COMO SENDO OS IDEAIS PARA NÓS, QUANDO AS CULTURAS SÃO COMPLETAMENTE DISTINTAS. O QUE LÁ FUNCIONA, CÁ PODE NÃO FUNCIONAR



depois as autarquias enquanto agentes de desenvolvimento económico e social, mas esquecem-se que, em termos de enquadramento legislativo, tem de se fazer alguma coisa para que as autarquias tenham também depois suporte legal para estarem na sociedade e agirem como agentes de desenvolvimento. A lei não tem depois instrumentos que permitam as autarquias desenvolver esse papel. A autarquia, se quiser ter um papel determinante no incentivo da vida associativa, debate-se em termos legais com constrangimentos enormes no quotidiano para poder fomentar esse aspeto. Quando queremos operacionalizar isso, ficamos de braços e mãos atados, sem ter um suporte legal que nos permita efetivamente estar no terreno e apoiar as associações. E as associações esperam isso de uma autarquia. Vêm ao encontro de um presidente que os oiça e lhes dê uma resposta. E não percebem quando eu lhes digo que me identifico com tudo quanto me está a ser dito, gostava muito de ajudar, mas não o posso fazer, porque não tenho meios ou suporte legal para o fazer.

**Há casos em que os próprios autarcas se sentem constrangidos com aquilo que gostariam de fazer, com receio de que possam vir a ser, de alguma forma, penalizados.**

Esse é um problema que eu não tenho. Eu encaro serviço público como uma missão. Quando aceitei este desafio, foi o de estar aqui para servir as pessoas. E esta deve ser uma preocupação de todo o governo e administração pública, e devem perceber também as mensagens que a sociedade lhes transmite. Eu gosto mais de ouvir as críticas sobre coisas que correm menos bem do que propriamente elogios, muitas vezes circunstanciais e ditos para obter o benefício de uma decisão nossa. Não me inibo de dizer aquilo que penso. Custe o que custar. Não posso ser insensível a Vila Velha de Ródão, à sua população e aos seus interesses. Mas não contem com um presidente de câmara con-

fortável na sua cadeirinha a dizer o que as pessoas gostam de ouvir.

**E o que tem a dizer a respeito do Novo Quadro Comunitário?**

VEJO ESTE NOVO QUADRO COMUNITÁRIO COM ALGUMA APREENSÃO. ELE É GIZADO NO CONFORTO DE LISBOA, DAS CADEIRAS, GABINETES E AR CONDICIONADO, E PELAS PESSOAS QUE PENSAM O PAÍS NAQUELE CONFORTO. E O PAÍS É BEM DIFERENTE E DIVERSO. NÃO PODEMOS OLHAR PARA VILA VELHA DE RÓDÃO COMO OLHAMOS PARA LISBOA, PARA TRÁS-OS-MONTES OU PARA O ALGARVE

Enquanto autarca vejo este novo Quadro Comunitário com alguma apreensão. Ele é gizado no conforto de Lisboa, das cadeiras, gabinetes e ar condicionado, e pelas pessoas que pensam o país naquele conforto. E o país é bem diferente e diverso. Não podemos olhar para Vila Velha de Ródão como olhamos para Lisboa, para Trás-os-Montes ou para o Algarve. Temos de ter a perceção de que, se cometemos erros no passado na gestão de qua-



dros comunitários, não fizemos os mesmos erros em todo o lado. Se houve sítios onde as políticas chegaram e os beneficiaram no passado, há casos em que esses benefícios não chegaram, com necessidades que têm de ser colmatadas. Acho que o governo se está a esquecer disso, e o novo Quadro Comunitário está enfocado numa determinada filosofia que se esquece desta diversidade do país. Nós continuamos a ser muito subservientes e estamos a olhar para este novo Quadro Comunitário não como aquilo que precisamos, mas como aquilo que podemos perder se dissermos aquilo que pensamos. E temos de ter coragem para dizer aquilo que pensamos e aqueles que foram os investimentos da Comunidade Europeia nestes territórios ao longo destes últimos anos, se beneficiaram o país, ou se beneficiaram os interesses dos países que nos financiaram esse desenvolvimento. Esta discussão tem de ser feita e acho que é o momento de a fazermos e de perdemos o medo de a fazer. Se existiram erros, eles existiram da parte de quem recebeu e de quem financiou. Houve erros de todos e não podemos andar a assumir os erros apenas de uma parte. Só assumindo essa responsabilidade por parte de todos, podemos olhar para o futuro juntos para fazer diferente. Vamos ter uma parte do próximo Quadro Comunitário destinado aos imateriais, que vão servir os interesses instalados. O Interior vai beneficiar com os imateriais, mas precisamos de mais do que isso. O

Interior é uma realidade completamente diferente do Litoral. Durante anos, andámos a construir um modelo de país que andou a tentar resolver os problemas do Litoral. Esquecemo-nos do Interior e, apesar de todo o investimento que foi feito, os problemas ficaram cá, por resolver. E é com medidas imateriais que os vamos resolver? Já temos a qualidade de vida, agora temos de alavancar estes territórios e este Quadro Comunitário não traz a inversão da tendência de despovoamento que tivemos ao longo das últimas décadas.

**Quais são as instâncias concretas que decidem na aplicação dos dinheiros em cada território? Elenque-mas a partir da base para o topo. A pessoa comum não sabe como isso se processa.**

Com toda a franqueza, essa também é uma pergunta à qual tenho dificuldade em responder. Nós identificámos muito bem o que o nosso território necessita. Agora, o movimento é o contrário. O de perceber o que o novo Quadro Comunitário aí traz e com ele arranjar-mos soluções para ultrapassar estes problemas. É quase como andarmos à procura da “agulha no palheiro”. Onde é que vamos encaixar a nossa estratégia de desenvolvimento e procurar instrumentos no próximo Quadro onde isso possa ser alavancado?

**Essa é a nossa grande pergunta: O que fazer, aproveitando-se as verbas do próximo Quadro Comunitário, no sentido de diminuir o défice entre o Litoral e o Interior?**



O nosso grande problema é o despovoamento. Concretamente, em Vila Velha de Ródão, conseguimos gerar emprego, criar riqueza, criar valor e olhamos para os índices demográficos e assistimos a decréscimos alarmantes da população. Existe este grande problema e temos sérias dificuldades em agarrar uma solução. Tinha alguma esperança de que este novo Quadro Comunitário, ao nível da regeneração urbana, nos desse alguma possibilidade de darmos uma resposta para as pessoas poderem fixar-se nestes territórios. Isto tinha, desde logo, o benefício de requalificar o centro urbano aqui da vila, que necessita de ser revalorizado, de criar condições para fixar as pessoas e de dinamizar a economia local. Mas, infelizmente, olho para o Quadro Comunitário e vejo uma ausência de resposta. O grande desafio para estas terras é o de inverter esta tendência. Durante décadas, independentemente de gostarem de viver aqui ou não, as populações não tinham soluções para se fixarem por cá; tinham de procurar o Litoral e as grandes cidades para irem viver. Conseguimos, nos últimos anos, com muito esforço das autarquias, criar condições para inverter esta tendência: fixar indústria, criar emprego, criar riqueza... e depois temos um Quadro Comunitário que dá respostas que não incluem esta nossa realidade.

**Qual é o papel dos intermediários nesta história?**

O papel é que nós temos uma economia que vive disso. A nossa economia vive dos serviços, do planeamento, dos estudos... E andam autarquias, administração central, câmaras municipais a financiar essa economia, que depois não traz nada de palpável para a qualidade de vida das pessoas e para o desenvolvimento do país. Ficamos muito satisfeitos porque temos muitos estudos - temos estudos sobre tudo e mais alguma coisa - mas o resultado é nulo. Temos uma economia real asfixiada por isto.

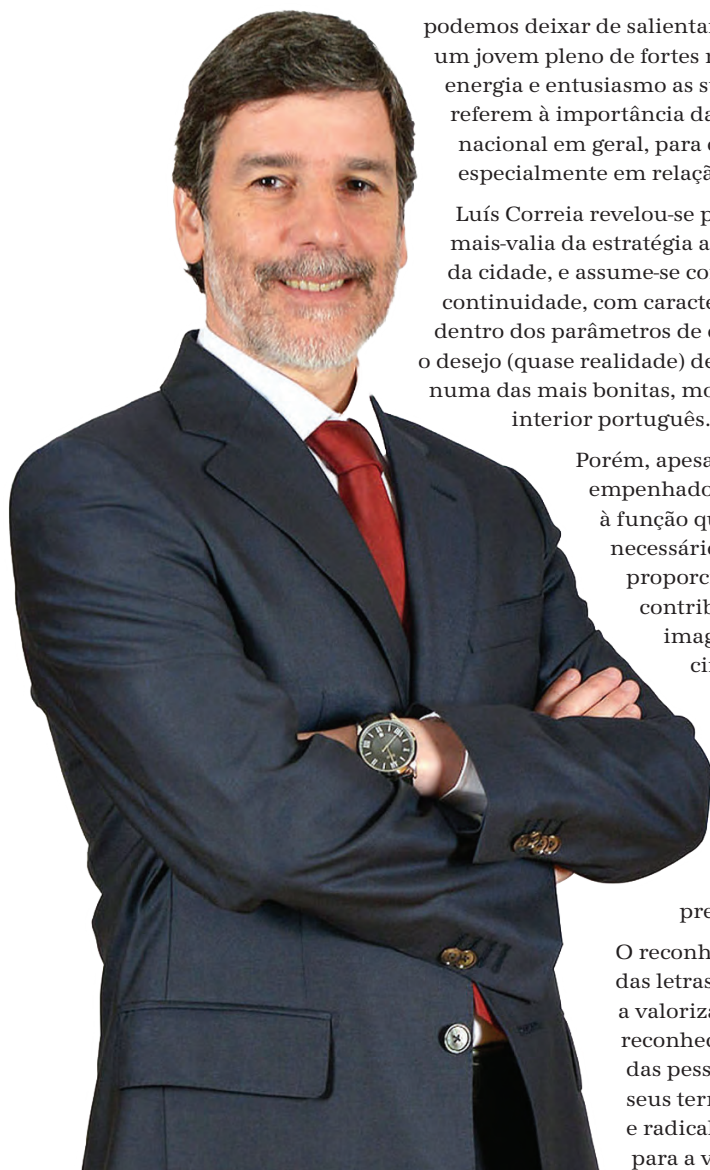
**Não basta ouvir os autarcas, temos de ouvir as populações desses territórios. Gostávamos de organizar uns debates destinados a tudo quanto são coletividades locais. Para que discutam sobre o que falta fazer, o que devemos fazer... Vila Velha de Ródão pode ajudar-nos nisso?**

Vila Velha de Ródão está sempre aberta aos desafios que acrescentem alguma massa crítica às populações. Estamos, obviamente, interessados nisso. E pode contar com o meu apoio.



# LUÍS CORREIA

Presidente do Município de Castelo Branco



podemos deixar de salientar a surpresa que nos causou, encontrar um jovem pleno de fortes motivações, capaz de defender com energia e entusiasmo as suas ideias, quase com paixão, quando se referem à importância da cidade de Castelo Branco para o todo nacional em geral, para o interior do País em particular, e muito especialmente em relação à Beira Baixa.

Luís Correia revelou-se plenamente convencido do acerto e mais-valia da estratégia até hoje seguida para o engrandecimento da cidade, e assume-se como intérprete fiel de um processo de continuidade, com características evolutivas que lhe são próprias, dentro dos parâmetros de concretização que há muito alimentam o desejo (quase realidade) de transformar a cidade de Castelo Branco numa das mais bonitas, modernas e sustentáveis capitais do interior português.

Porém, apesar de inteira e entusiasticamente empenhado nas tarefas do dia-a-dia relativas à função que desempenha, não se alheia do necessário debate sobre a possibilidade de proporcionar condições e estímulos que contribuam para consolidar e guindar a imagem da cidade a que preside às alturas cimeiras das tradições e protagonismos históricos da região em que está inserida.

Luís Correia - o presidente - mais do que o homem (sobre o qual não tivemos ocasião de ir ao essencial da sua história) é alguém que, sem renegar o passado, quer afirmar o seu presente!

O reconhecimento da educação, das artes e das letras, como princípios essenciais para a valorização humana dos albicastrenses, o reconhecimento básico de que só o conhecimento das pessoas permite o desenvolvimento dos seus territórios, a compreensão verdadeira e radical do valor da cultura dos cidadãos para a verdadeira qualificação duma cidade, constituem peças fundamentais da consciência deste governante, mesmo se, em qualquer altura, na labuta frenética do quotidiano, alguns destes valores e princípios, são atropelados pela força de condicionamentos imprevistos e incontroláveis.

Luís Correia, na sua inquietude de governante realizador de obra que se afirme por si, manifesta ter plena consciência da necessidade de associar os albicastrenses às escolhas do que deve ser feito durante os próximos anos. Os anúncios recentes dos seus planos para os próximos 15 / 20 anos não devem ser encarados de maneira simplista, como parangonas mediáticas de projetos para esquecer. São, sem dúvida, um compromisso sério com a configuração futura da cidade que ama e quer ver crescer.

## “CIDADE LUZ”, FORÇA E GUIA DA BEIRA BAIXA

No passado dia 8 de Julho proporcionou-se uma breve conversa com o Senhor Presidente da Câmara de Castelo Branco. Aproveitando o tempo dum almoço agendado durante um curto intervalo na agenda do Senhor Presidente, trocamos breves impressões sobre temas de interesse geral para a cidade e para a Beira Baixa.

As condições de tempo e de improvisação não permitiram a realização de uma verdadeira entrevista de fundo (coisa em que acordámos para uma próxima data) mas, como primeiro contacto entre a VIVER e o Senhor Presidente, não

Uma cidade de modernidade desempoeirada e elegante, dotada de exemplares condições de vida, a nível económico como cultural. Uma cidade à sua imagem, capaz de plasmar criações futuristas em simbiose perfeita com as obras do seu grande passado histórico, sempre pronta a agarrar as situações tal como lhe aparecem, sem mais contemplações do que as indicadas para defender o progresso e o seu bom nome.

Este Presidente da Câmara ainda lamenta que haja quem irresponsavelmente coloque dúvidas sobre os benefícios da centralidade de Castelo Branco para o desenvolvimento de toda a Beira Baixa, e nada dizem sobre as contínuas dificuldades e estrangulamentos impostos pela centralidade do “Terreiro do Paço” em relação a todo o interior do país. Com veemência, demonstra ser esta uma das questões que mais influem negativamente nas “performances” do poder autárquico do Portugal profundo.

Porém, Luís Correia é um governante otimista e plenamente decidido a ultrapassar, com sucesso, estes tempos de dúvidas e pessimismo que retraem a iniciativa privada e reduzem drasticamente os recursos públicos de sustentação a políticas mais sensíveis às difíceis condições sociais existentes. Homem de fé e firmes convicções, deixou-nos o desejo de o voltar a encontrar, quanto mais não seja pelo prazer de poder aprofundar a discussão de assuntos fundamentais sobre as nossas passagens por este mundo. Em nome da VIVER, Bem-haja.

REVELA-SE PLENAMENTE CONVENCIDO DO ACERTO E MAIS-VALIA DA ESTRATÉGIA ATÉ HOJE SEGUIDA PARA O ENGRANDECIMENTO DA CIDADE, E ASSUME-SE COMO INTÉRPRETE FIEL DE UM PROCESSO DE CONTINUIDADE, COM CARACTERÍSTICAS EVOLUTIVAS QUE LHE SÃO PRÓPRIAS, DENTRO DOS PARÂMETROS DE CONCRETIZAÇÃO QUE HÁ MUITO ALIMENTAM O DESEJO (QUASE REALIDADE) DE TRANSFORMAR A CIDADE DE CASTELO BRANCO NUMA DAS MAIS BONITAS, MODERNAS E SUSTENTÁVEIS CAPITAIS DO INTERIOR PORTUGUÊS





# A Aplicação dos Fundos Europeus do Novo Quadro Comunitário Estratégia Europa 2020

Assunção Cristas

Ministra da Agricultura e do Mar

A Estratégia Europa 2020 foi pensada pela UE para a próxima década, alicerçada em três grandes prioridades para o crescimento da economia - inteligente, sustentável e inclusivo - e cinco objetivos em matéria de emprego, inovação, educação, inclusão social e clima/energia que deverão permitir alcançar níveis elevados de emprego, produtividade e coesão social até 2020.

Cada Estado-Membro adotou os seus próprios objetivos nacionais em cada uma dessas áreas e o Portugal 2020 é o resultado disso mesmo. Uma grande diferença deste Quadro Comunitário, relativamente aos anteriores, é a possibilidade de os Estados-Membros adotarem uma abordagem plurifundos, ou seja, existe neste Quadro uma maior complementaridade e integração dos vários fundos estruturais (FEADER, FEAMP, FEDER e FSE) que não existia até aqui.

Foi nesse sentido que Portugal apresentou à Comissão Europeia o Acordo de Parceria entre fundos, ao qual designou Portugal 2020.

No quadro da prossecução dos objetivos da Estratégia Europa 2020, as autoridades nacionais aproveitaram as oportunidades dadas pelos regulamentos comunitários no âmbito das **Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial**. Este tipo de abordagem considera que as estratégias de desenvolvimento (EDL) são mais eficazes se forem decididas e implementadas pelos agentes locais, com o devido acompanhamento e apoio das administrações públicas competentes - abordagem ascendente.

Deste modo, foi valorizada pela Comissão Europeia a experiência dos últimos 20 anos da abordagem LEADER para o desenvolvimento local e a sua eficácia na promoção do desenvolvimento das zonas rurais, não só dos agricultores como da população a nível geral e foi proposto o alargamento do tipo de fundo para esta tipologia de intervenção.

No Portugal 2020, foi aproveitada esta opção de abordagem territorial integrada, à qual se designou **Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC)**. Esta perspetiva de abordagem ascendente, com um claro envolvimento das

comunidades locais, correspondente ao DLBC LEADER plurifundos, é mais ambiciosa na capacidade de impacto destas intervenções mas constitui também novos desafios, não só ao nível dos agentes locais no contexto da definição de parcerias (GAL) e estratégias locais (EDL) mas também ao nível da governação destes instrumentos de política, devido à complementaridade dos vários fundos estruturais (FEEI) e dos respetivos Programas financiadores.

No âmbito na nova abordagem DLBC apoiada por diferentes FEEI, foi considerado essencial uma demarcação relativamente ao que serão as áreas de apoio prioritárias do FEADER e as dos outros FEEI (FEDER, FSE e FEAMP), e que configuram uma mudança significativa relativamente ao atual LEADER, que apresentava um reduzido investimento relacionado com o setor agroalimentar, como foi também o caso da ADRACES, onde apenas 16% do investimento total apoiado (14% da despesa FEADER) foi canalizado para a diversificação das atividades nas explorações agrícolas.

O PDR2020 irá assim financiar as seguintes áreas temáticas:

- Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas;
- Pequenos investimentos na transformação e comercialização;
- Diversificação de atividades na exploração para atividades não agrícolas;
- Cadeias curtas e mercados locais - criação de circuitos curtos / cadeias curtas de distribuição / comercialização de proximidade de produtos agrícolas;

 **PORTUGAL**  
**2020**



- Promoção de produtos de qualidade locais - Promoção de produtos de qualidade certificada e produtos locais;
- Renovação de aldeias - Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais locais (paisagístico e ambiental, incluindo ações de sensibilização).

Deste modo, as outras áreas de apoio habituais e muito importantes das EDL, como o apoio às microempresas, formação de agentes locais, serviços sociais, serão apoiadas pelos Fundos FEDER e FSE, via Programas Operacionais Regionais. Esta complementaridade proposta permite a contractualização de maiores montantes de apoio para a implementação das EDL do que se fossem afetados apenas os 5% obrigatórios por parte do FEADER para a abordagem LEADER.

A abordagem LEADER, com mais de 20 anos de aplicação, tem permitido a criação de muitos postos de trabalho, ao mesmo tempo que contribui para a preservação de outros tantos. Até ao final da aplicação do LEADER + (2000-2006), foram criados mais de 8.500 empregos e preservados outros tantos e na aplicação do Programa LEADER 2007-2013 prevê-se a criação de mais de 7.000 empregos tendo em conta os projetos aprovados no âmbito da implementação das EDL, nomeadamente através do apoio concedido à criação de microempresas, turismo e serviços sociais. Estes números evidenciam a importância que terão os apoios futuros do FEDER e FSE, através dos vários Programas Operacionais Regionais do Continente, no âmbito do LEADER plurifundos.

A criação de emprego nas zonas rurais é essencial. O fator crítico para a criação de emprego será obviamente o desenvolvimento de atividades económicas, que, nas zonas rurais, deve ser levado a cabo numa perspetiva de sustentabilidade futura, pelo que deverá assentar na valorização económica dos recursos endógenos. A agricultura e a floresta são fundamentais para assegurar o desenvolvimento de Portugal e do mundo rural em particular, uma vez que

contribuem decisivamente para a vitalidade dos nossos territórios e são determinantes para o desenvolvimento das regiões, a nível económico, ambiental e social, constituindo uma importante fonte de emprego.

O tecido produtivo agrícola português tem uma grande diversidade, ou mesmo assimetria, em termos de dimensão e de orientação produtiva, podendo considerar-se dois grandes tipos de agricultura – uma mais empresarial, com um elevado grau de sofisticação e de especialização com produtividades semelhantes às do resto da economia, que recorre, regra geral, numa maior proporção à mão-de-obra assalariada, sendo responsável pela maioria da produção, ocupa a maior parte da área agrícola e representa um número mais reduzido de agricultores; e outra de cariz mais familiar associada a explorações de reduzida dimensão económica pouco especializadas ou não especializadas, frequentemente caracterizada pela pluriatividade e pelo plurirrendimento dos agregados familiares que apresentam custos de oportunidade baixos, e que corresponde à maioria dos agricultores, mas tem uma importância menor em termos de valor da produção e de proporção da área de produção. O território da Beira Interior Sul não é exceção a esta dicotomia.

Ambos os tipos de agricultura são fundamentais no território. Se as primeiras têm um importante papel em termos de competitividade da economia portuguesa, as segundas são essenciais numa ótica de preservação do ambiente e gestão dos recursos naturais, de preservação da ocupação humana e económica das zonas rurais e de inclusão social, representando ainda assim uma parte importante da oferta de bens agrícolas.

O PDR 2020 prevê, para além da participação direta das comunidades locais, através da estratégia DLBC, também apoios de cariz nacional, mais orientados para investimentos produtivos de maior dimensão, que permitem apoiar



as explorações empresariais, bem como apoios para as explorações de dimensão mais reduzida que garantem a sustentabilidade dos territórios rurais, da sua economia e das suas tradições e cultura:

- Apoio aos jovens agricultores, promovendo a entrada e a permanência no setor de agentes com maior potencialidade de inovação dos territórios rurais;
- O apoio ao investimento em infraestruturas, modernização e tecnologias mais eficientes constitui um dos principais fatores de competitividade das explorações agrícolas e das indústrias agroalimentares;
- O reforço da organização da produção, assegurado pelo apoio à criação de Agrupamentos e Organizações de Produtores, com vista a aumentar a capacidade de gerar valor a montante, contrariando o desequilíbrio existente ao nível da cadeia de valor;
- A inovação e o conhecimento terão um papel relevante, mediante o apoio à formação, aconselhamento e o apoio à constituição de parcerias;
- O apoio ao seguro de colheitas, que se pretende que seja o mais universal possível, constitui um apoio direto ao rendimento, como medida de gestão de risco e crises;
- A manutenção das atividades agrícolas em zonas desfavorecidas;
- As medidas agroambientais;
- E no setor florestal prevê-se um conjunto de instrumentos de apoio, quer ao nível do investimento (colheita, comercialização incluindo a transformação industrial de produtos florestais, como cortiça), quer ao nível da sustentabilidade, prevenção e restabelecimento da floresta contra agentes bióticos e abióticos e melhoria da resiliência ambiental;

Em suma, as oportunidades no próximo Quadro Comunitário são vastas e contamos com os agricultores, que são os principais atores do mundo rural, para corresponderem aos desafios que se lhes apresentam. ■





## David Vila Boa

31 anos

Presidente da Junta de Freguesia de Meimão

**“O lar de idosos é o grande projeto que gostaria de ver concluído no final do meu mandato”**

### Quem é o homem por trás da Junta?

Sou o David Vila Boa, natural de Meimão, a viver há 10 anos em Castelo Branco. Vim estudar para Castelo Branco, entretanto fiquei pela cidade a trabalhar e, mais recentemente, abri um negócio na área do ciclismo. Tenho uma companheira e uma filha. Através de um convite, candidatei-me a presidente da Junta de Freguesia de Meimão nas últimas eleições. Já fui presidente da Associação Desportiva de Meimão e, com outros colegas mais jovens, conseguimos dar algum dinamismo à aldeia. Foi através dessa experiência como executivo da Associação Desportiva que surgiu depois o convite para entrar na vida política. É, portanto, o meu primeiro mandato.

### Sendo um presidente de Junta tão jovem, quais foram as suas motivações e interesses para ingressar na vida autárquica?

Vim um pouco a reboque do meu padrinho, que era o antigo presidente de Junta de Meimão. Aquele gosto genuíno que ele sempre mostrou pela aldeia e pelas pessoas acabou por despertar em mim o mesmo interesse. Com a experiência que tive depois na Associação, tento, com o meu executivo, trazer ou dar vida àquela aldeia. Estou à frente da Junta, mas todo o trabalho é feito em parceria com as associações locais, nomeadamente a Desportiva e a de Solidariedade Social. Fazemos um trabalho conjunto. A Junta sozinha não tem capacidade para fazer quase nada. Precisa sempre do apoio dos parceiros locais.

### O que ditaram os últimos Censos em termos de população na freguesia?

Temos uma população muito envelhecida e em constante diminuição. Há algumas pessoas da freguesia, a residir fora, em Lisboa e arredores sobretudo, interessadas em poderem mudar para o Meimão. Têm feito algumas perguntas, mas acabam sempre por cair na questão do emprego. E o problema é que a aldeia não consegue arranjar trabalho para estas pessoas. E o regresso sem uma certeza de emprego acaba sempre por ser adiado. O

nosso papel na Junta tem sido o de dar respostas e o de tentar convencer as pessoas a fixarem-se por Meimão. Há um casal que vai mesmo voltar e que vai abrir um negócio na aldeia. Vamos ver se atrás vem mais alguém.

### Tem alguma estratégia pensada ou definida para fixar a população de Meimão?

Não. Apesar de também ser nosso dever tentar criá-los, não temos muitos recursos para que isso aconteça. O concelho - e a aldeia não é exceção - sofre com a falta de emprego. E é isso que move as pessoas. Terem um emprego, terem um ordenado certo que lhes permita arriscar, deixar as suas vidas para abraçarem uma nova morada. A atividade económica predominante do Meimão é a agricultura e, infelizmente, as pessoas não estão muito para aí viradas. Ajudamos quem nos procura, fazemos tudo o que está ao nosso alcance para os ajudarmos a desenvolver os seus projetos, mas não temos uma estratégia definida nesse sentido. Os poucos que ainda por cá habitam são reformados, ou trabalham para dois empregadores que temos, ou trabalham na sua pequena agricultura. E depois temos o Centro de Dia que cria mais três ou quatro postos de trabalho. A própria Junta só consegue empregar duas pessoas.

### E potencial turístico?

Tem. Basta pensar que temos a Serra da Malcata. Podíamos-la aproveitar mais. No entanto, o ICNF não nos permite. Aquela entidade coloca tantas restrições que, por mais que queiramos dinamizar eventos e atrair pessoas, torna impossível a realização de projetos. Há três anos, realizámos uma prova de BTT que reuniu quase 300 pessoas. Foi um evento de considerável dimensão. Pretendíamos que parte do percurso passasse pela Serra. Fomos pedir pareceres para que as bicicletas pudessem lá circular, mas os pedidos vieram recusados, com a justificação de que os velocípedes criavam deterioração no solo. Uma prova de BTT não pode decorrer lá, mas todos os dias vemos jipes, motas e até os seus próprios carros a circularem por ali. Não vejo nenhuma coerência; há certas coisas muito difíceis de compreender.

**Essa é uma dualidade muito presente na questão da Serra da Malcata. Por um lado, estão as freguesias que podem beneficiar da Serra e que dizem que o ICNF é restritivo na dinamização de atividades no local, por outro, vem o ICNF defender-se dizendo que é permitido fazer desenvolvimento turístico na Serra, desde que se respeitem as regras.**

Quanto a isso, posso dizer que o ICNF chegou a ter casas na Serra, grandes vivendas no interior da vegetação, que estão neste momento completamente abandonadas, a deteriorar-se. Essas casas foram feitas, supostamente, para fins turísticos. Isso nunca aconteceu. Ficaram votadas ao abandono.

Além da Serra, temos a barragem de Meimão, onde funciona a zona de lazer da freguesia. Consiste numa praia fluvial dentro de uma barragem, com uma piscina flutuante, com vigilância de um nadador-salvador, com uma grande envolvente, que abrange parque infantil, zona de acampamento, aluguer de bungalows, bar, wcs, parque de merendas, com acesso a eletricidade e que, apesar de já funcionar há cerca de três anos, entrará no seu pleno funcionamento este verão. É uma zona muito bonita, metade dela está dentro da Reserva Natural da Serra da Malcata, o que implica uma vez mais algumas restrições. Tem percursos pedestres feitos que estão a ser limpos e reparados e que estarão disponíveis em breve. Desde que se iniciou o processo de construção desta zona balnear, tem havido uma procura enorme na altura do verão.

**Em termos de localização geográfica, Meimão, embora pertencendo ao distrito de Castelo Branco, está fisicamente mais próxima do distrito da Guarda. Como é que funciona essa gestão territorial?**

As pessoas fazem as suas compras diárias e semanais não em Penamacor, mas no Sabugal, concelho da Guarda, que fica somente a 9 quilómetros daqui. Penamacor fica a 23 quilómetros. Portanto, as pessoas só vão a Penamacor para tratar dos assuntos que têm de obrigatoriamente ser lá resolvidos pelas questões administrativas de território.

**Meimão não pode tirar benefício dessa localização privilegiada com duas capitais de distrito? Por um lado, o estabelecimento de parcerias e projetos com os territórios de Castelo Branco, onde efetivamente pertencem, mas também com os territórios da Guarda, pela proximidade geográfica?**

Foi uma questão que nunca pensei. Pontualmente, fazemos umas atividades com a Malcata, que é uma aldeia que já pertence ao concelho do Sabugal. Quando se refere a parcerias, refere-se ao quê?

**Pensamos que, para que estas pequenas freguesias consigam sobreviver, têm de estar integradas nas estratégias de desenvolvimento do próprio concelho**

**onde se inserem. Todos estão unidos e a confluir para a realização de um objetivo comum que é o desenvolvimento de todo um território e não freguesia a freguesia. Uma vez que têm a vantagem de ter uma localização privilegiada com a Guarda, não seria possível integrarem em conjunto as estratégias de ambos os territórios? Seria uma forma de Meimão poder ganhar duplamente. Ou isso traria conflitos municipais?**

Penso que não. Penso que as câmaras de Penamacor e do Sabugal, as mais diretamente connosco arroladas, têm desenvolvido várias parcerias e são bem relacionadas, nomeadamente no que diz respeito à Serra da Malcata. Penso que não trará conflitos nenhuns. E mesmo nas atividades que desenvolvemos com a aldeia de Malcata, nunca houve nenhum tipo de conflito, o espírito tem sido sempre de entreajuda. A freguesia de Meimão nunca se tentou afastar de qualquer que fosse a vizinhança. No entanto, realmente, nunca houve uma estratégia bem definida com o Sabugal, no sentido de nos desenvolvermos com eles. É uma boa ideia que me deixa. Fazendo as coisas em conjunto, teremos provavelmente maiores resultados de sucesso. Deixou-me aqui a pensar.

**O que é que não quer mesmo deixar de fazer antes de terminar o seu mandato?**

O nosso maior projeto não é político, embora precise da política para se concretizar - um lar de idosos, projeto da nossa Associação de Solidariedade Social Xara. Já se iniciou, mas neste momento está parado por falta de verbas. Esse era o grande projeto que eu gostava de ver concluído no final dos meus quatro anos de mandato, para bem da freguesia e da nossa população. O que está a acontecer é que, apesar de termos uma população envelhecida, esses poucos que nos restam estão a ir-se embora, porque os filhos não estão, não podem cuidar deles e, não tendo um local na freguesia onde eles possam ser cuidados, levam-nos para lares de idosos das freguesias das redondezas. Ou seja, quando os familiares os vêm visitar, vão diretamente ao lar e já nem passam pela sua terra de origem. Um lar em Meimão seria excelente para receber e manter condignamente os nossos idosos na terra, e para que os familiares os possam vir visitar na sua terra, além de que podemos ainda receber idosos doutras aldeias. Representaria a criação de postos de trabalho e de uma dinâmica diferente na aldeia. Se mantivermos os idosos na aldeia, os seus familiares talvez venham passar o fim-de-semana inteiro e isso pode mexer um nadinha com a economia local, com o negócio dos cafés... todos ganhávamos com isso. Veríamos gente pelas nossas ruas. A aldeia iria ganhar outro movimento.

Outro projeto ambicioso é o Regadio Tradicional que, se fosse concluído, seria um excelente projeto para o desenvolvimento agrícola da região. ■



# VILA VELHA DE RÓDÃO

Sôfregas, as memórias que reclamam para si a presença do momento eterno. Cristalizado no tempo como a gélida nortada daquele dia de inverno. A contrastar, o calor dos sorrisos floresce em quintessência do sublime, num quente e frio de singelas emoções. Há sempre um afago na voz, uma carícia no semblante, um toque de alma que derrete os icebergs de entropia que os separam do desconhecido.

Ser beirão é ser árvore. Raízes bem arreigadas à terra onde pertencem, e troncos, folhas e frutos estendidos, em divina dádiva natural. Ser beirão é ser ponte. Braços de ligação espriados pelo infinito, com caminho direto ao coração. Aqui todos são bem-vindos. E recebidos no âmago de um colo materno original, bálsamo que acalma as feridas do vivido e os anseios por viver.

*Da esquerda para a direita, de cima para baixo: Vítor Canelas e Maria de Lurdes Canelas; Ana Rita Tomé; António Manuel Oliveira; Moisés Antunes.*



# CRIANÇAS DE HOJE, HOMENS E MULHERES DO AMANHÃ IDANHA-A-NOVA

A percepção visual do mundo rural parece, à partida, um local isolado, com pouca gente, poucos recursos e carente de jovens e crianças. Esta é a realidade que existe pela Beira Interior Sul, bem como na maior parte do mundo rural. Exemplo disso são as escolas fechadas que encontramos pela Beira Interior Sul. No entanto, ao percorrer estes caminhos rurais, vivendo experiências do quotidiano, encontramos essa pluralidade

de rostos com muitas formas, olhares e linguagem própria de um território.

As crianças da BIS representam o futuro do nosso território, pois serão, eles e elas, os homens e mulheres do amanhã. No entanto, até lá, continuarão a brincar e a crescer com a qualidade que lhes é merecida, adaptando-se às diferentes realidades com que possam vir a deparar-se.

*Da esquerda para a direita, de cima para baixo: Anamar Alcaso; Bruna; Rudi Mendes; João Miguel Couchinho; Maria Pedro Pinto; Bianca Mendes.*



# ALCAINS

Quão eternos somos na vida? Quanto tempo dura a luz que paira na memória coletiva depois de partirmos? Aquela pequenina luz da candeia, tremeluzente a cada suspiro, a cada respiração, que protegemos com mãos em concha para evitar que se apague? O que custa mais? Ser-se esquecido, um corpo que já não habita, despido do espírito que partiu, ou o temor do esquecimento daqueles que cá ficam? Esquecer o som da gargalhada, a covinha do rosto, o trejeito do lábio mordaz, os olhos como janelas para os

jardins da alma em flor. Esquecer a luz. Branca, intensa, que nos fere o olhar com a verdade. E que sempre nos guia na eterna caminhada de sombras...

Sejamos sempre luz. A nossa e a dos outros. Sejamos o sol, em emanção de clarividência. Sejamos a lua, em reflexão profunda do brilho dos outros. Sejamos luz em união, um “Clair de Lune” de Debussy, um “Anda um sol na minha rua” de Amália Rodrigues. A fulgurante lucidez de que somos eternamente vivos enquanto assim o desejarmos.

*Da esquerda para a direita, de cima para baixo: José Calmeira Vicente; Maria da Piedade Carvalho; Manuel Rafael; José dos Santos Carlos.*



# ACADEMIA SÉNIOR DE PENAMACOR

## MAIS QUE UM PROJETO EDUCATIVO OU FORMATIVO, UM PROJETO SOCIAL!

Porque existe uma altura da vida em que o mais importa é o convívio, a diversão, a partilha, mas também o voluntariado, a participação cívica, a interajuda, a solidariedade, a cidadania e o apoio social... Porque nunca é tarde para aprender, é também importante novas aprendizagens!!!

A Academia Sénior de Penamacor existe desde outubro de 2014 e, neste momento, tem, entre alunos e professores (todos voluntários), 114 rostos e expressões que todos os dias convivem nas 19 ofertas formativas que estão ao dispor. Mais do que sermos nós a escrever, deixamos alguns depoimentos de um Grupo de Alunos de Informática II:

*“Para mim a Academia veio ocupar algum tempo do meu dia-a-dia. Tempo muito importante para mim, porque enquanto estou aqui esqueço tudo aquilo que eventualmente me possa preocupar. Divirto-me, adquirei conhecimentos e relaciono-me com novas pessoas. Sinto-me bem e feliz.”* (Severiana Marcelo)

*“A Academia, para mim, está a ser muito útil, pois estou a fazer muitas coisas no computador, que até agora não seria possível. Estou muito grato.”* (Joaquim Caldeira)

*“A minha Academia Sénior tem sido muito boa. Saímos de casa, aprendemos, fazemos amigos, conhecemos outras pessoas, distraímos-nos e os professores têm paciência para nos aturar.”* (Maria Catana)

*“A Academia Sénior é um incentivo ao desenvolvimento do cérebro, uma vez que se exploram muitos órgãos do nosso corpo.”* (Elísia Fonseca)

*“A Academia Sénior é a escola que nos traz à lembrança aquilo que já julgávamos perdido. Ali sentimo-nos mais jovens.”* (José Marcelo)

*“Falando da nossa Academia, é fantástica, dá-nos conhecimentos que nós não pensávamos adquirir. Bem-haja.”* (Augusto e Idalina)

*“A Academia Sénior é uma maneira de aprender coisas que nunca pensei aprender. É uma maneira também de passarmos os tempos livres.”* (José Afonso)

*“A Academia Sénior de Penamacor foi um incentivo ótimo, para as pessoas de idade superior a cinquenta anos. Muito temos de agradecer a todas as pessoas que trabalharam para o bem de todos nós.”* (Lídia Figueira)

*“A Academia Sénior de Penamacor veio trazer uma nova motivação a pessoas como eu e ajuda-nos a aprofundar mais os conhecimentos de uma vida inteira de trabalho.”* (Teresa Fonseca)

*“A Academia Sénior foi uma mais-valia para Penamacor.”* (Helena Gonçalves)

*“Obrigada à Academia que veio trazer-me a alegria de aprender o que nunca tive possibilidades. Sinto-me muito bem com a convivência com os colegas, com os professores, enfim sinto-me mais feliz e mais jovem.”* (Alice Caldeira)

**Acompanhe as nossas atividades em :**

**[www.facebook.com/pages/Academia-Sénior-de-Penamacor/1482683778649191?ref=hl](https://www.facebook.com/pages/Academia-Sénior-de-Penamacor/1482683778649191?ref=hl)**



# Os PROJETOS PRODER NA Co

## CASTELO BRANCO: TABERNA SECA ABRE RESIDENCIAL PARA IDOSOS APÓS INVESTIMENTO DE 650 MIL EUROS

O Centro Social de Taberna Seca, Castelo Branco, inaugura este mês um lar residencial para idosos, com capacidade para 38 utentes, uma obra iniciada em 2009 e que custou 650 mil euros, anunciou o presidente da direção. “A obra orçou os 650 mil euros e foi feita por administração direta. Recebemos apoios da Câmara de Castelo Branco, algum apoio da Junta de Freguesia, fizemos uma candidatura ao Proder e tivemos que recorrer a um empréstimo bancário”, referiu Leopoldo Rodrigues. [...] O lar residencial desenvolve-se em dois pisos e oferece quartos individuais, duplos e triplos, todos equipados com televisão, ar condicionado, camas articuladas e instalações sanitárias adaptadas a portadores de deficiência.

A ligação entre os dois pisos é feita também por elevador.

In “Diário Digital”, 14 abril 2014



## ADRACES APOIA FILARMÓNICA DE TINALHAS NA AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS

Fundada em 1826, a Banda Filarmónica de Tinalhas comemorou, no domingo, dia 13, o seu 186º aniversário, marcado pela renovação de instrumentos musicais. O investimento de 39 mil euros, participado pelo PRODER, gerido pelo GAL ADRACES, em 60%, e os restantes 40% pela autarquia albacastrense, é a prova de que os fundos comunitários deram um contributo para que uma das mais antigas Bandas Filarmónicas do país tenha consciência da importância da formação dos jovens e contribua para o desenvolvimento cultural das comunidades.

In “Comunicado de Imprensa ADRACES”, 14 de julho 2014



## VILA VELHA DE RÓDÃO: VILA PORTUGUESA ABRE PORTAS

De portas abertas há cerca de um mês, foi inaugurado dia 28 de junho o novo empreendimento turístico de Vila Velha de Ródão, designado por “Vila Portuguesa”, que contou com apoio do Subprograma III do PRODER. O projeto consistiu na realização de obras de recuperação e ampliação integrado numa casa de campo. O impulsionador deste projeto de turismo rural, Vasco Fernandes, lembra que apesar do muito que já foi feito, a oferta de alojamento ainda é escassa para as necessidades, “o que nos deixou um espaço para investir e tornar ainda mais atraente e apetecível o concelho de Vila Velha de Ródão”.

O investimento realizado foi de 300 mil euros, participado pelo PRODER em cerca de 80 mil euros. No ato inaugural, António Realinho, diretor da ADRACES, frisou que “os programas comunitários existem para ajudar as pessoas e este tipo de projetos, entre outros”.

In “Reconquista”, 16 julho 2014





# MUNICIPAÇÃO SOCIAL REGIONAL

## MALPICA DO TEJO LANÇA PROJETO TURÍSTICO

Explorar o Tejo Internacional numa viagem de barco, a partir do cais de Malpica do Tejo, paredes meias com a vizinha Espanha, degustar a gastronomia da freguesia (como a famosa miga de peixe, o bucho ou a sopa da boda) e ainda ter oportunidade de visitar o património e os museus de Castelo Branco, são alguns dos desafios que a Beira Baixa Inesquecível lhe propõe. [...] É dentro desta perspetiva que foi criada a Tasca Maria Faia. O nome diz muito à aldeia. Foi lá que Zeca Afonso recolheu algumas das suas canções mais conhecidas, como a própria Maria Faia, cujos versos estão escritos numa das paredes do restaurante. O projeto cria quatro postos de trabalho, e foi apoiado pela ADRACES, através do Proder.

In "Reconquista", 10 setembro 2014



## CASA DO BALCÃO RECEBE TURISMO EM ESPAÇO RURAL

Consciente da importância das zonas rurais que exercem nos turistas uma enorme capacidade de atração, a ADRACES apoiou a requalificação da Casa do Balcão, em Póvoa do Rio de Moinhos, destinada a Turismo em Espaço Rural, através do Subprograma III do PRODER. O apoio consistiu na realização de obras de recuperação de um imóvel do século XIX que reúne condições de excelência para atrair turistas à região.

Com quatro quartos duplos e capacidade para 11 camas, o investimento superior a 39 mil euros, comparticipado pelo PRODER em mais de 15 mil euros, é a prova de que os fundos comunitários deram um apoio parcial para a realização deste projeto que "contribuiu para a recuperação de um imóvel e adaptá-lo aos tempos modernos".

In "Povo da Beira", 21 outubro 2014



## MONFORTE INAUGURA "CASA D'ALDEIA"

Monforte da Beira inaugurou o seu primeiro alojamento em espaço rural. Chama-se "Casa D'Aldeia" e resulta da requalificação e reconversão de um imóvel com cerca de 100 anos, que foi adaptado a alojamento de turismo em espaço rural, com capacidade para oito hóspedes. O investimento, superior a 96 mil euros, foi comparticipado pelo PRODER em mais de 48 mil euros, através da ADRACES. António Realinho, diretor da associação, sublinha a importância deste tipo de projetos "com incidência nas zonas rurais, são uma alternativa para dar base económica, onde não há emprego".

In "Rádio Cova da Beira, 30 dezembro 2014



## MARIA HERMÍNIA: TABERNA E MERCEARIA RENOVADA

As portas da Taberna e mercearia da Maria Hermínia voltaram a abrir no passado dia 12 de março, no Retaxo. A memória de Maria Hermínia mantém-se viva num espaço onde se alia a venda de produtos alimentares e produtos regionais, na parte de mercearia, com a parte social e de ponto de encontro, na parte de taberna. [...] Já para António Realinho, diretor da Associação de Desenvolvimento da Raia Centro Sul - ADRACES, “a reabertura deste projeto comercial contribui para a densidade do tecido económico e revitalização económica e social do território, sendo um contributo para dinamizar e diversificar a economia local e criar condições para a fixação de população”. O projeto de recuperação do imóvel do século XIX foi apoiado pela ADRACES, no âmbito do programa Leader, tendo tido uma comparticipação na ordem dos 50 por cento do valor global do investimento, que rondou os 30 mil euros.

In “Reconquista”, 19 março 2015



## CENTRO DESPORTIVO RECREATIVO E CULTURAL DE VILA VELHA DE RÓDÃO APRESENTA UMA NOVA SEDE SOCIAL

O Centro Desportivo Recreativo e Cultural de Vila Velha de Ródão apresenta agora uma nova sede social, após as obras de requalificação, dotando o edifício de excelentes condições para a realização de atividades de natureza recreativa e desportiva, dirigidas à comunidade local. As obras de remodelação do edifício, orçadas em 149 mil euros, beneficiaram de comparticipação da ADRACES - Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro Sul, no montante de 112 mil euros. [...] Considerando a importância das associações locais na dinamização da vida cultural, desportiva e social, António Realinho, diretor da ADRACES sublinhou a importância de que “as instituições existem e o trabalho da ADRACES é dar o contributo para as mesmas”.

In “Rádio Beira Interior”, 9 abril 2015



## ADRACES APOIA TURISMO EM ESPAÇO RURAL EM MONSANTO

O turismo em espaço rural ganhou uma nova dimensão em Monsanto, concelho de Idanha-a-Nova, com a inauguração da Quinta Pedra Grande.

O investimento comparticipado em 178 mil euros pela ADRACES, através do programa Leader/PRODER, permitiu alargar a oferta da rede de Turismo em Espaço Rural e potenciar a valorização dos recursos endógenos do território, os produtos locais e o património cultural e natural. Esta unidade de Turismo em Espaço Rural conta com um total de 16 camas - 2 quartos duplos, 11 quartos de casal e 1 quarto destinado a pessoas com mobilidade condicionada.

In “Local.PT”, 7 abril 2015



## ADRACES APOIA NOVAS INFRAESTRUTURAS DA EMPRESA AROMAS DO VALADO

Sedeada em Segura, no concelho de Idanha-a-Nova, junto ao Geoparque Naturtejo, a empresa Aromas do Valado que atua em três áreas de negócio: cultivo e destilação de óleos essenciais de plantas autóctones, produção de produtos de higiene e cosmética natural e academia, inaugurou, dia 2 de abril, novas infraestruturas criadas para satisfazer as necessidades dos vários departamentos da empresa. As novas infraestruturas, com destaque para o departamento de produção de produtos de higiene e cosmética e o departamento Academia Aromas do Valado tiveram o apoio da ADRACES, através do programa Leader/PRODER, que participou em 60% o valor global, superior a 166 mil euros. Este apoio permitiu a realização de obras de ampliação, remodelação e modernização do pavilhão industrial existente e a edificação de um novo pavilhão que possa acolher a Academia Aromas do Valado e onde se insere a consultoria, formação e visitas pedagógicas.

In “Beira Baixa TV”, 7 abril 2015



## NOVA UNIDADE DE TURISMO RURAL APOIADA PELA ADRACES

Com inauguração marcada para o dia 17 de abril, pelas 17H00, a Quinta dos Carvalhos é a nova oferta de turismo em espaço rural, localizada às portas da cidade de Castelo Branco, na Estrada Nacional 18. O investimento participado em 178 mil euros pela ADRACES, através do programa Leader/PRODER, permitiu alargar a oferta da rede de Turismo em Espaço Rural e potenciar a valorização dos recursos endógenos do território. Esta casa de família recuperada, mantendo a traça original, é um refúgio para todos quantos procuram a tranquilidade em ambiente natural, oferecendo aos hóspedes um contacto privilegiado com o meio rural, através de novas experiências e sensações em atividades desenvolvidas na exploração silvícola, agrícola e pecuária da Sociedade Agrícola Quinta dos Carvalhos, com cerca de 80 hectares.

In “Local.PT”, 10 abril 2015



## QUEIJARIA FLORES “NASCE” NO ROSMANINHAL

A Queijaria Flores é a nova queijaria do Rosmaninhal, que apresentou oficialmente este domingo, dia 12, um conjunto de infraestruturas que vão reforçar o fabrico dos queijos biológicos com que pretende chegar aos mercados nacionais e internacionais. Inauguradas pelo presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, as obras contemplaram uma sala de entrada do leite, onde se encontra o tanque de refrigeração, uma sala de fabrico do queijo, sala para fabrico de requeijão, sala de lavagem de utensílios, sala de escoamento e de primeira maturação, sala de segunda maturação e ainda uma sala de embalagem e expedição, bem como uma despensa para o armazenamento de matérias-primas necessárias. [...] Refira-se que as novas infraestruturas da Queijaria Flores foram apoiadas pelo programa Leader/Proder, gerido pela ADRACES, Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro Sul.

In “Diário Digital Castelo Branco”, 13 abril 2015



## ADRACES APOIA PROJETO DE MEIO MILHÃO DE EUROS ABRE PORTAS UM DOS MAIORES COMPLEXOS TURÍSTICOS DA REGIÃO

O concelho de Vila Velha de Ródão passou a dispor desde o passado dia 25 de julho de um novo espaço de turismo rural, único do género no concelho, inaugurado por Octávio de Oliveira, secretário de Estado do Emprego.

Localizado em Vale Pousadas, na freguesia de Perais, contou com um investimento de 1,5 milhões de euros, com capitais próprios da família Lourenço e de três candidaturas ao programa Leader Proder, gerido pela ADRACES, com um apoio na ordem dos 500 mil euros, que permitiram a recuperação de um antigo casario da Herdade da Urgueira e a criação, numa fase inicial, de seis postos de trabalho.

Joaquim Morão, presidente da ADRACES, destacou a importância do empreendimento para o desenvolvimento do mundo rural. “Esta é a missão da ADRACES, dar apoio aos nossos empresários, desde que estes tenham iniciativa, criatividade e capacidade de risco”, sublinhou.

In “Beira Baixa TV”, 27 de julho 2015



## CASA DOS XARÊS ABRE PORTAS NA FREGUESIA DO ROSMANINHAL

A Casa dos Xarês foi objeto de uma candidatura ao Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER) gerido pela ADRACES e que permitiu alargar e prestigiar a oferta turística no concelho raiano. Caracterizada por um ambiente rústico e acolhedor, com magníficas paisagens, onde abundam motivos para um esmerado passeio no Parque Natural do Tejo Internacional, a Casa dos Xarês é um refúgio para todos quantos procuram a tranquilidade. A recuperação de uma edificação, pertença da família, que se encontrava degradada, tornou-se num enorme desafio aos promotores, com o intuito de ali instalar uma unidade de Turismo em Espaço Rural, apoiado em 175 mil euros, pelo programa Leader/PRODER, gerido pela ADRACES, Associação de Desenvolvimento da Raia Centro Sul.

In “Comunicado de Imprensa ADRACES”, 23 junho 2015



# IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA LOCAL DE DESENVOLVIMENTO, NO TERRITÓRIO DE INTERVENÇÃO DO GAL BIS

Num contexto adverso em termos macroeconómicos e orçamentais, desfavorável às dinâmicas de investimento, com reflexos nas ações económico-produtivas e de estímulo ao micro-empendedorismo local, agravado pelas políticas centrípetas dos últimos anos, que tem levado ao encerramento de serviços públicos nos territórios rurais do interior, a par das baixas densidades populacionais, económicas e sociais características do território da Beira Interior Sul, o facto é que, não obstante esta conjuntura adversa, a implementação da Estratégia de Desenvolvimento Local (ELD) pelo Grupo de Ação Local Beira Interior Sul (GAL BIS), no período 2007-2014, foi concretizada através do apoio a um número assinalável de projetos em todas as áreas de intervenção previstas.

No total deram entrada 147 candidaturas, tendo sido aprovadas 119 (80%), das quais foram executados 107 projetos (desistiram 12 após aprovação), o que representa um investimento de 15 milhões e 800 mil euros e a entrada no território de 10 milhões de euros (montante não reembolsável). Os impactos diretos deste apoio ao investimento resultaram, desde logo, no surgimento de 26 novas empresas e na criação de 158 postos de trabalho diretos, o que no cenário da atual crise e de desvitalização económica destes territórios constituiu-se como um verdadeiro “balão de oxigénio”.

Este dinamismo traduziu-se, num primeiro momento, na atribuição pela Autoridade de Gestão da reserva de eficiência ao GAL BIS, que significou mais de 1 milhão e 300 mil euros da despesa pública inicialmente concedida – 7.202.588,39€ – e, num segundo momento, na disponi-

bilização de financiamento, em regime de overbooking, para os projetos que tinham sido aprovados sem dotação orçamental (18 projetos), o que significou um reforço de 1 milhão e 500 mil euros de despesa pública.

A experiência da ADRACES em mais de 20 anos de gestão e aplicação de fundos públicos e a sua capacidade de mobilização e proximidade foram elementos determinantes não só para garantir os elevados níveis de adesão à Estratégia, como também assegurar a integração dos diversos sectores e a diversificação das atividades produtivas, afirmando-se no território como o segmento da política de desenvolvimento rural mais gerador de emprego.

No que diz respeito à tipologia de projetos, das cinco áreas de intervenção previstas na ELD - i) investimentos nas explorações agrícolas; ii) criação e desenvolvimento de microempresas; iii) desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer; iv) preservação e valorização do património rural e v) melhoria da qualidade de vida - as operações enquadradas na ação referente à criação e desenvolvimento de microempresas foi a que contabilizou o maior número de projetos executados, no total 28, o que representou um investimento de 4 milhões e 300 mil euros. Compreendendo projetos em diferentes sectores de atividades, indo desde oficinas automóveis, pavilhões de apoio às atividades de construção, passando pelas agro-indústrias, foram as atividades ligadas ao comércio local e à restauração, com 11 projetos executados, e à panificação, pastelaria e salgados, com 8 projetos, que se destacaram com o maior número de projetos.



Enquadrados nas ações “investimentos nas explorações agrícolas” e “desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer”, destacam-se igualmente os projetos ligados ao sector turístico, apresentando um peso considerável na implementação da ELD no território de intervenção. No global foram executados 38 Pedidos de Apoio inseridos neste sector, o que em termos de investimento ultrapassa os 6 milhões de euros (não se incluem os projetos de restauração). Destes projetos, cerca de dois terços dizem respeito a empreendimentos de turismo no espaço rural (TER), ou seja, estabelecimentos que se destinam a prestar, em espaços rurais, serviços de alojamento a turistas. Estes investimentos perfazem um total de 23 novos empreendimentos de alojamento em turismo rural, 13 dos quais na modalidade Casa de Campo, 10 na modalidade Agro-turismo e 1 na modalidade de Turismo de Habitação. Em termos de oferta, estas 23 novas unidades de alojamento representam 147 camas, com capacidade para 309 hóspedes. Foi ainda apoiado um parque de campismo e caravanismo, com capacidade para 400 campistas, estando associado ao turismo sustentável de natureza e aventura. Como complemento a estes empreendimentos e concorrendo diretamente para a sua sustentabilidade, encontram-se os projetos apoiados na área da animação e promoção turística, 15 no total, incluindo equipamentos e infraestruturas de recreação e lazer e os projetos de criação de rotas e percursos turísticos.

Outra das apostas estratégicas definidas na ELD prendeu-se com as intervenções que valorizassem simultaneamente o espaço de vivência das comunidades locais – animação

territorial - e a equidade social, através do reforço da economia social e solidária. O profundo envelhecimento da BIS (os concelhos de Penamacor, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão estão no topo dos concelhos mais envelhecidos do País), e a conseqüente dependência de serviços de apoio a idosos, implicaram maior enfoque e priorização nesta segunda linha de intervenção, o qual se traduziu no investimento superior a 3 milhões de euros e no apoio direto a 15 IPSS´s, abrangendo mais de 2.200 beneficiários e contribuindo para a criação de 40 postos de trabalho.

Por último, e no seguimento da estratégia que sustentou a intervenção do GAL BIS na aplicação do Sub Programa 3 do PRODER, verificou-se uma clara aposta na valorização, preservação e promoção do património rural e identidade cultural do território da Beira Interior Sul, suportada pelas potencialidades que a Região apresenta ao nível do património edificado, cultural, natural e paisagístico. Em termos operacionais, os apoios centraram-se nas seguintes áreas de intervenção: a) Preservação do Património Rural Construído (15 fontes, 3 fornos comunitários e 1 caminho romano); b) Refuncionalização de edifícios de traça tradicional (7 espaços museológicos, 7 espaços polivalentes para a realização de atividades socioculturais, 2 salas de exposições); e c) Preservação e valorização de práticas e tradições culturais – património Imaterial (12 publicações, com a edição de 17.100 exemplares; 8 documentários vídeos; 10 estudos de inventariação do património; e conceção de 19 brochuras/folhetos, com a edição de 27 mil exemplares). ■





## AS COMUNIDADES INTERMUNICIPAIS FACE AOS DESAFIOS DA COMPETITIVIDADE TERRITORIAL

Domingos Santos

[Docente do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB)]

A Europa encontra-se perante um cenário crítico do ponto de vista económico e social, obrigando à formulação de novas estratégias de desenvolvimento e modelos de atuação. Não tem sido fácil à União Europeia fazer face aos desafios suscitados pela globalização e pela economia do conhecimento. O caminho que se impõe é o de voltar a colocar a economia numa trajetória de crescimento sustentado. Consciente desta realidade, a União Europeia (UE) definiu uma estratégia concertada de desenvolvimento que suporta a visão e os objetivos a alcançar no horizonte 2020 – a Estratégia Europa 2020. Esta estratégia visa não só a saída da crise, de que o espaço europeu continua a dar mostras de grandes dificuldades em ultrapassar, mas também colmatar as deficiências do modelo de desenvolvimento, gerando o contexto e as condições para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Estas três prioridades constituem o foco que permitirá à UE atingir patamares elevados de emprego, de produtividade e de coesão social. Os Estados-Membros deverão traduzir essas prioridades em objetivos nacionais, tendo em conta os seus diferentes pontos de partida, e à escala regional e sub-regional o repto é exatamente o mesmo – tecer uma estratégia de desenvolvimento ajustada aos diferentes territórios e adaptada aos tempos.

Novos atores territoriais, as comunidades intermunicipais (CIM), enfrentam hoje esse enorme desafio. A CIM da Beira Baixa (CIMBB) não foge à regra, procurando formas de estabelecer com os seus municípios associados e todos os agentes económicos, sociais e culturais, públicos e privados do território, as prioridades de intervenção que, no seu conjunto, contribuam para que esta sub-região se torne mais inovadora, empreendedora, atrativa e competitiva, abrindo trajetórias de crescimento sustentável.

Convirá aqui lembrar que o balanço geral da experiência do poder autárquico é, em Portugal, largamente positivo. O poder local afirmou-se, ao longo das últimas décadas, como um instrumento de desenvolvimento que produziu resultados inquestionavelmente favoráveis no nível e na qualidade de vida das populações. Tornou-se a espinha dorsal da estrutura político-social de base do nosso país.

Os municípios posicionaram-se basicamente como prestadores de bens e serviços de natureza pública. Providenciaram a construção de infraestruturas básicas ligadas ao fornecimento de água, ao saneamento, às acessibilidades; dotaram os seus concelhos com equipamentos de índole social, cultural e desportiva que permitiram tornar a vida mais agradável e amena; e, para além de outras atividades, desenvolveram importantes funções ao nível do planeamento físico e da gestão urbanística. Cumprido que está, em larga medida, esse ciclo de construção de obras públicas, as autarquias locais, defrontam-se, atualmente, com um novo conjunto de desafios a que, solitariamente, terão muita dificuldade em responder.

É este o contexto que faz das CIM um veículo fundamental para complementar a tradicional atuação municipal, elevando a fasquia para, nomeadamente, a assunção de iniciativas de reforço dos patamares de competitividade dos seus territórios. É esse salto qualitativo que se espera. Este trabalho de cooperação intermunicipal deve, no essencial, contrariar a atomização das iniciativas, fomentar o trabalho em rede, evitar duplicações de investimentos com os mesmos fins e com pouca sustentabilidade individual e permitir realizar em conjunto investimentos que, tomados isoladamente, não seriam viáveis. Este é um caminho, também, para introduzir, ou reforçar, os critérios de eficiência e eficácia que devem orientar os investimentos. São uma forma de planeamento coletivo nestas sub-regiões e uma expressão da cooperação entre os municípios que as compõem.

Sociedade e economia do conhecimento, por um lado, e globalização, por outro, são referenciais estratégicos que não podem ser esquecidos pelas CIM – bem pelo contrário. Sobretudo, até, em territórios periféricos com problemas estruturais de desenvolvimento. Há que focar as estratégias na promoção de ativos específicos diferenciadores, preservando-nos melhor da imitação e da concorrência dos outros não pelos recursos isolados que temos, mas sobretudo pela maneira original como os combinamos. Há, igualmente, que superar a tendência de construção quase exclusiva de infraestruturas de carácter social (e há bons sinais sobre

essa matéria na CIMBB...), agregar projetos de dinamização que incluam os diversos componentes de apoio às atividades produtivas e, inevitavelmente, fomentar novos e mais aprofundados canais de diálogo entre as empresas e as instituições de ensino superior. Para promover o desenvolvimento regional é essencial uma liderança proativa que consiga envolver todos os atores com interesse na região, de modo a que em conjunto possam desenvolver uma estratégia comum com vista ao desenvolvimento da região.

Nessa aceção, perspetivar e defender o desenvolvimento como um fenómeno essencialmente endógeno implica assumir, na plenitude, a importância de fatores como a mobilização alargada dos recursos locais, a valorização dos bens e serviços produzidos nos territórios, o aumento do valor acrescentado retido localmente, a promoção e a densificação de redes de cooperação à escala local e (sub) regional mas abertas ao mundo, inserindo-as em cadeias globais. É necessário envolver, nomeadamente, o ensino superior, representantes do setor empresarial, representantes de associações de desenvolvimento, entre outros. Só assim será possível mobilizar o potencial endógeno das regiões e promover o desenvolvimento destes territórios. Tudo, com fortes dosagens de organização e trabalho.

Em larga medida, o desafio coloca-se da seguinte forma: a gestão territorial necessita interatuar e criar sinergias com

o capital humano, o capital social e o capital tecnológico. A gestão do conhecimento converteu-se na prioridade das prioridades para enfrentar os novos tempos e poder melhor aproveitar as oportunidades emergentes do futuro. É tempo de fazer diferente, porque diversos são os problemas com que os territórios se deparam.

É também absolutamente crítico que se impeçam comportamentos oportunistas, que são exatamente o oposto do que se pretende - uma intermunicipalidade cooperativa com sentido estratégico. Frequentemente, não existe ainda uma preocupação real com o desenvolvimento das sub-regiões como um todo. O que se verifica é uma preocupação, por parte dos municípios associados, em obter financiamento, através dos programas comunitários, para projetos que pretendem desenvolver no seu município mas para os quais não teriam financiamento a não ser através destas entidades. Será, por certo, um longo percurso de aprendizagem coletiva.

A competitividade territorial entrou decididamente nas preocupações das políticas públicas, das lideranças e das CIM, tornou-se uma questão decisiva na definição dos caminhos que pretendemos trilhar. Mas convém que se tenha a noção que este é um jogo complexo, num campeonato muito exigente e alargado. ■





# PENSAR E ATUAR EM REDE.

## O NOTÁVEL EXEMPLO DE RIBEIRO SANCHES

Lopes Marcelo

1. **A crise atual.** Existirão muitas razões, quer de ordem pessoal, quer de ordem profissional e até de carácter social e político que convergem no desânimo, no sentido da desistência do aprofundamento e questionamento da nossa História e da nossa Identidade. Muitos de nós vamos resistindo, embora absorvidos e quase esgotados na luta pela sobrevivência. O ambiente de desconfiança e o convite de quem manda é no sentido de que não vale a pena pensar, mas antes *consumir, produzir, consumir e competir no salve-se quem puder*. Nas últimas décadas, os decisores políticos de um poder cada vez mais centralizado e os auto-considerados e muito bem remunerados grandes gestores de empresas, divulgaram aos quatro ventos que bastava estarmos integrados na Europa, que bastava sermos bons alunos e comportarmo-nos como europeus. Isto é, devíamos, segundo os seus critérios e interesses da deriva liberal, ser cada vez mais cosmopolitas e de competição assanhada. Não devíamos ser provincianos e pequenos. Antes, era preciso sermos ambiciosos, ávidos, abertos a tudo o que vinha lá de fora, aceitarmos consumir sem criticar tudo o que os outros nos vendiam. Era preciso ganhar escala e realizar grandes projetos que eram bem vistos lá fora, pois absorviam as exportações desses países situados mais a norte e mais ricos que se diziam tão nossos amigos, mas mais enriqueciam vendendo equipamentos e produtos para os países pobres do sul. **Quiseram fazer-nos acreditar que pouco importava o que era nosso, o que temos à nossa beira, o nosso território, os nossos valores e as tradições. Se fôssemos mesmo bons alunos na Europa, se aceitássemos as leis cegas dos mercados de les e as estratégias dos ditos grandes gestores dos recursos, o dinheiro não faltaria.**

Tantas promessas e diplomas de bons e disciplinados alunos, sorrisos e abraços ditos solidários nas luxuosas cimeiras de dirigentes levantando alto a bandeira do Euro! E, afinal, cá temos a crise... A crise que não é apenas uma convulsão passa-

geira mas, antes, impõe uma reflexão e questionamento profundos. As soluções não são de cosmética, pois a mentalidade e as atitudes dos cidadãos estão em mudança, implicando uma maior capacidade de tomada de consciência e de indignação crescente. Não se pode aceitar que a nossa capacidade produtiva esteja a ser abandonada, a maior parte do nosso território cada vez mais despovoado, de tal forma que os valores e os produtos da nossa identidade cultural e produtiva poderão estar condenados à lenta morte social. **É verdade que as autarquias tentam reagir e procuram contrariar este crítico processo de despovoamento e desertificação.** Contudo, os resultados da ação autárquica, embora positivos, poderão não ser suficientes para contrariar a dinâmica de rutura demográfica e da coesão territorial e social das regiões do interior do nosso país. **É necessário e urgente não cair no desânimo, não desistir! Não encolher os ombros, nem fechar os olhos à realidade.** E, como uma das pautas de livre expressão e genuína defesa dos nossos valores, temos a nossa Revista VIVER.

2. **Pensar e atuar em rede.** Face ao novo Quadro Comunitário Europeu até ao ano 2020, de um novo fluxo de verbas, é indispensável retirar lições da forma centralizada e autoritariamente impositiva, definida nos gabinetes do poder central, com que foi gerido e aplicado o anterior Quadro. Valorizar as relações de proximidade implica uma atuação descentralizada. **Pensar em rede** pressupõe uma metodologia aberta à participação dos verdadeiros protagonistas e intérpretes do território e das pessoas que, habitando-o, construíram o seu mosaico de história e cultura. **Atuar em rede** exige um modelo de organização e decisão verdadeiramente participado, construído de baixo para cima que atenda aos vários elos de ligação e lhes reconheça opinião e poder de decisão coerente com o território, a sua lógica produtiva e características sociais e culturais. **Elos de liga-**







# ANO EUROPEU PARA O DESENVOLVIMENTO 2015

2015 é um ano especial para o desenvolvimento. É o primeiro Ano Europeu consagrado à ação externa da União Europeia e ao papel da Europa no mundo. Para as organizações de desenvolvimento de toda a Europa é uma oportunidade única para mostrar o empenho da Europa na erradicação da pobreza à escala mundial e motivar mais europeus a implicar-se e a participar no desenvolvimento. Além disso, em 2015 está igualmente previsto alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio acordados em 2000, e a comunidade internacional deverá decidir qual o futuro quadro mundial para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável. A VIVER publica um conjunto de artigos de especialistas que connosco colaboraram mensalmente acerca do tema.

## A EUROPA NO MUNDO

Prof. Dr.<sup>a</sup> Isabel Baltazar  
Membro do Team Europa

O objetivo do Ano Europeu para o Desenvolvimento em Portugal, coordenado pelo Camões-Instituto da Cooperação e a Língua, é promover o interesse, a participação e o pensamento crítico dos cidadãos portugueses sobre o Desenvolvimento Global, com enfoque nas políticas de cooperação e educação para o desenvolvimento de Portugal e da União Europeia. Este trabalho envolve um grande número e diversidade de participantes e organizações: a sociedade civil, os decisores políticos, os jovens, as instituições privadas e académicas e outros actores, todos em torno de um apoio ao desenvolvimento global e da erradicação da pobreza no mundo.

A cooperação para o desenvolvimento é uma prioridade da Europa e incluída na agenda portuguesa da sua política externa, pondo na prática a defesa dos valores da solidariedade e do respeito pelos direitos humanos no mundo. Portugal integra este Ano Europeu para o Desenvolvimento, através de uma intervenção concreta nacional para contribuir para esta política de cooperação europeia, na sequência dos compromissos internacionais assumidos pelo estado português nesta matéria. É de salientar a sua actuação concreta tendo em vista a promoção do desenvolvimento económico, social e cultural dos países de língua oficial portuguesa, bem como a melhoria das condições de vida das suas populações.

O tema deste mês de Janeiro é sobre a Europa e o Mundo, na medida em que a União Europeia está presente e activa na maioria dos países do mundo. As suas 139 delegações em todo o mundo são uma preciosa fonte de informação da UE no terreno. Todos os dias contribuem para a criação de parcerias sólidas e duradouras, por vezes, em condições extremamente difíceis e perigosas. Tendo defendido acerrimamente o objetivos de Desenvolvimento do Milénio da ONU, a UE participa agora na elaboração de uma agenda

para o desenvolvimento mundial com vista a obter uma mudança duradoura e a aproximar-nos do objetivo final: uma vida digna para todos.

De acordo com o último Eurobarómetro dedicado à ajuda ao desenvolvimento, 93% dos cidadãos portugueses acreditam que é importante ajudar as populações dos países em desenvolvimento, o que representa a 3ª maior percentagem no universo dos Estados-Membros da UE. Estes números revelam uma consciência grande dos cidadãos relativamente ao imperativo da solidariedade global, num mundo cada vez mais interdependente e globalizado. Todos nós partilhamos as mesmas necessidades básicas e as aspirações a uma vida digna, para nós e para as gerações futuras.

A Europa no Mundo tem como objectivo prioritário o combate à pobreza nos países em desenvolvimento. Os cidadãos europeus podem desempenhar um papel relevante na luta contra a pobreza no mundo. A sua vida quotidiana e as escolhas que fazem têm um impacto directo na vida dos outros e do próprio planeta. É urgente educar para alterações de padrões de consumo e de hábitos individuais que reduzam o impacto negativo da acção humana no ambiente. É necessário educar para a participação em acções de solidariedade, de voluntariado e de cidadania global.

A história da União Europeia, assente em valores humanistas e universais, bem como a presença alargada enquanto actor global colocam-na numa posição privilegiada para agir em prol do desenvolvimento. O ano europeu para o desenvolvimento é encarado como uma iniciativa conjunta para despertar consciências e a envolver os europeus num desenvolvimento global que é nossa responsabilidade comum, sob o mote “O nosso mundo, a nossa dignidade, o nosso futuro”.

Nota: Este texto não foi escrito ao abrigo do novo Acordo Ortográfico

# O NOSSO MUNDO, A NOSSA DIGNIDADE, O NOSSO FUTURO

Prof.<sup>a</sup> Doutora Ana Paula Laborinho

Presidente do Camões – Instituto da  
Cooperação e da Língua

O Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia proclamaram 2015 como o **Ano Europeu para o Desenvolvimento**.

Este será o primeiro Ano Europeu dedicado às relações externas da U.E., um ano em que de acordo com o próprio mote, «**O nosso mundo, a nossa dignidade, o nosso futuro**», a mensagem que se pretende passar é que apenas temos um mundo; só viveremos em dignidade, se todos vivermos com dignidade, e devemos de trabalhar em conjunto pelo nosso futuro global.

Tendo este mote como guia e no espírito do trabalho em parceria e de apropriação de uma temática que a todos diz respeito, a Comissão Europeia solicitou aos Estados Membros a nomeação de um Coordenador Nacional, bem como a apresentação de Programas de Trabalho Nacionais, os quais deverão ser implementados pelos respetivos Coordenadores nos seus territórios.

O Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, enquanto coordenador das políticas de Cooperação Portuguesa, bem como das políticas de execução de ensino e divulgação da língua e cultura portuguesa no estrangeiro, foi designado Coordenador Nacional para o Ano Europeu para o Desenvolvimento, tendo apresentado uma proposta de Programa de Trabalho Nacional à Comissão Europeia, a qual foi recentemente aprovada.

A Cooperação Portuguesa, de acordo com o **Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020**, aprovado em fevereiro de 2014, tem como objetivo contribuir para a erradicação da pobreza e para o desenvolvimento sustentável, num contexto de respeito pelos Direitos Humanos, pela democracia e pelo Estado de Direito nos países parceiros. Têm como prioridade geográfica os países de língua portuguesa, encontrando-se enquadrada por documentos de programação indicativa, negociados pelas autoridades locais e concretizados em programas, projetos e ações que promovem o desenvolvimento de capacidades e a resiliência.

No entanto, a temática do desenvolvimento, bem como a da Cooperação para o Desenvolvimento, continua a ser desconhecida para grande parte da população. De acordo com o relatório do Eurobarómetro de 2013, 86% dos portugueses inquiridos pensam que é importante ajudar as populações dos países em desenvolvimento, apesar de no mesmo relatório se referir que 32% da população portuguesa não sabe quantas pessoas no mundo vivem em pobreza extrema e apenas 18% estaria disposta a pagar mais por bens alimentares ou outros produtos oriundos de países em desenvolvimento. Torna-se necessário despertar consciências e envolver os nossos cidadãos numa temática que,

num mundo cada vez mais globalizado e interdependente, também os afeta.

O Ano Europeu para o Desenvolvimento surge assim como uma oportunidade única para divulgar o esforço desenvolvido pelos diferentes atores da Cooperação Portuguesa e da U.E., destacando os programas e projetos implementados, os resultados obtidos, os impactos positivos, enfim, os benefícios globais das políticas de Cooperação para o Desenvolvimento, consolidando-se o sentimento de responsabilidade, solidariedade e oportunidade de participação dos cidadãos.

Tendo em atenção estes dados, o Camões I.P., no âmbito do Programa de Trabalho Nacional apresentado à Comissão Europeia, e ao longo do ano de 2015, pretende contribuir para a informação, a sensibilização e a promoção do interesse, da participação e do pensamento crítico dos cidadãos portugueses no que concerne às políticas de Cooperação para o Desenvolvimento portuguesas e da U.E.

Trabalharemos em torno das temáticas do desenvolvimento, associadas a este Ano Europeu pela própria Comissão Europeia, e que abrangem áreas tão distintas e relevantes como a educação; a saúde, a segurança alimentar; as migrações; as questões de género; a paz e a segurança; o crescimento sustentável e os direitos humanos. São temas que afetam as populações dos países em desenvolvimento, dos nossos países parceiros, mas que também se encontram presentes no dia-a-dia da população portuguesa, contribuindo para a apropriação deste Ano Europeu pelos portugueses como seu.

É nosso desejo que o Camões I.P., enquanto coordenador nacional, tenha essencialmente um papel de facilitador, partilhando os objetivos do Ano Europeu para o Desenvolvimento com um vasto conjunto de parceiros. De facto, o sucesso do Programa de Trabalho Nacional só estará garantido se este for implementado em estreita colaboração com um espectro alargado da sociedade portuguesa. Destacamos aqui as ONGD, as organizações da sociedade civil, a comunidade escolar, as organizações da juventude, as autoridades locais, as empresas e o sector privado, as instituições públicas, as organizações internacionais, as universidades, as associações de desenvolvimento local, os meios de comunicação social e os decisores políticos, sendo que tantos outros poderiam igualmente ser mencionados.

Saliente-se pois que a mensagem principal de **2015: Ano Europeu para o Desenvolvimento** não poderá deixar de ter na sua essência o facto de este ser um ano de todos e para todos, um ano que se pretende mobilizador, transversal, como transversal é a própria temática do desenvolvimento.

# A OBRA QUE FALTA

António Canoso

Docente no Agrupamento de  
Escolas Ribeiro Sanches de  
Penamacor

*As terras não se desenvolvem, quem se  
desenvolve são as pessoas.*

Camilo Mortágua

Falar de desenvolvimento é falar das pessoas. Não há desenvolvimento sem pessoas e as pessoas só se desenvolvem pelo saber. Uma terra é o espelho de quem nela mora. Não há comunidades vivas e dinâmicas onde o saber não seja prioridade. O mundo move-se pelo saber. Todavia, neste canto da Europa, motivos diversos assistiram e assistem à noção de progresso. Por gerações negligenciado e pelos poderes subalternizado, o saber tornou-se o parente pobre daquilo que as pessoas entendem por desenvolvimento - o progresso material. E também isso é sinónimo de atraso, pois só reconhece importância ao saber quem o tem. Nem vale a pena fingir espanto ou indignação. Qualquer autarca sabe que só ganha eleições se fizer obras. Mesmo inúteis. Lembram-se certamente daquela anedota sobre um antigo primeiro-ministro de quem se dizia sofrer de prisão de ventre pelo simples facto de ter suspenso a embriaguez de betão que o país vivia, logo não fazia nada. Eis o ponto a que chegamos e no qual ainda nos encontramos, atrasados e falidos. E pasme-se, três décadas de fundos comunitários e muitas obras inúteis depois, ainda existe quem defenda este modelo, mesmo dele sendo vítima. Caso dúvidas per-

sistam, olhemos para as nossas vilas e aldeias do interior, e até cidades, onde não faltam equipamentos. Faltam pessoas, porque não houve saber para trilhar outra via. Com décadas de atraso e danos irreparáveis, chegou a hora de meter obras à cabeça das pessoas. O modelo das piscinas aquecidas e arrefecidas, dos polidesportivos e dos estádios relvados, dos centros culturais e dos fóruns, das rotundas por catálogo e das autoestradas falhas de carros, esgotou-se. Ganhámos os equipamentos mas enviuvámos as terras. Persistir nesta política é caminhar alegremente para o precipício do obscurantismo. Compete em primeiro lugar aos eleitos, mesmo contra a vontade dos que não reconhecem outra política que não a do betão, resistir aos populismos eleitoralistas e apostar no software humano. Sem uma mudança de mentalidades estamos fadados ao atraso e à pobreza. Apostar forte e decididamente na qualificação humana vai colocar à prova a nossa capacidade de sobreviver neste mundo cada vez mais competitivo. O saber e o conhecimento são a estrada e a piscina, a pista e a rotunda que fazem a diferença no concerto das nações. Seremos nós capazes?



# TER ACESSO A CUIDADOS DE SAÚDE É UM DIREITO HUMANO.

Catarina Vaz Velho

Vice-Presidente da Associação  
Médicos do Mundo

Como todos sabemos e sentimos, o valor da Saúde é inestimável, quando se pretende melhorar a vida das pessoas e das populações. A Saúde é indispensável ao desenvolvimento, é fundamental na luta contra a pobreza e na garantia de um desenvolvimento sustentável. Assim, investir na Saúde de todos, é investir no desenvolvimento de todos, num desenvolvimento equitativo e inclusivo.

Os objetivos do Milénio foram decisivos para clarificar e orientar uma estratégia mundial em relação à Saúde. Chegados que estamos a 2015, é necessária a definição clara de uma agenda para o desenvolvimento pós-2015. Essa agenda tem que ter em conta que, nunca antes, na história da Humanidade, houve tanto conhecimento, tantos recursos, tantos meios, tanta riqueza, tanta experiência e saber acumulados para promover a Saúde e o desenvolvimento.

Hoje, como nunca antes, sabemos como lidar com os desafios e os problemas diversos e complexos que dificultam o desenvolvimento do potencial dos países, das comunidades e das pessoas. Compreendemos as interações entre os aspetos físicos, psicológicos, sociais e políticos. As interações entre a boa governação, os recursos financeiros e o atingir dos objetivos do milénio. Compreendemos a importância de ouvir as vozes das pessoas e das comunidades sobre o tipo de desenvolvimento que pretendem.

**Somos e estamos, no mundo, com os outros.**

Com os outros que estão dentro e fora da Europa, que se encontram a Norte ou a Sul, desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, incluídos ou excluídos, pobres ou ricos, com emprego ou sem ele, com ou sem cidadania e ainda com os que usam ou não usam essa cidadania, que participam, ou não, democraticamente. E, como a história desta Europa e deste Portugal nos mostra, somos uns e somos outros, em momentos diversos. Recebemos migrantes e voltamos a emigrar, contribuímos para um Serviço Nacional de Saúde que permitiu a redução da taxa de mortalidade materna e infantil ao ponto do orgulho e vivemos, agora, num dos países da OCDE com maior risco de crianças em situação de pobreza.

A defesa da universalidade de acesso aos cuidados de saúde, a luta contra as desigualdades nesse acesso e a manutenção e/ou construção de um sistema de saúde de qualidade, público e solidário, são um pilar básico. Um pilar que sustenta o desenvolvimento, que suporta e é suportado pelo compromisso de todos com a redução da pobreza e da exclusão social, em todos os países europeus, ou não, desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento.

Defender o direito à Saúde de cada ser humano é da responsabilidade de todos e de cada um de nós. Precisamos de ser capazes de pensar e agir globalmente, de um modo holístico, sobre o nosso mundo, complexo e interligado, lembrando que, agir para defender a Saúde de todos, é também agir para defender a Saúde de cada um e, assim, defender e construir a nossa dignidade, o nosso mundo e o nosso futuro.

Saiba mais em [www.medicosdomundo.pt](http://www.medicosdomundo.pt)



# “CASA DOS DIREITOS” DA GUINÉ-BISSAU: UMA APOSTA NA CULTURA DE DIREITOS HUMANOS COMO CHAVE PARA A CONSTRUÇÃO DA PAZ E DA SEGURANÇA HUMANA

Fátima Proença

ACEP

A Guiné-Bissau, como sabemos, é um país que vem sendo de alguma forma estigmatizado, já que as imagens que dele são transmitidas externamente se limitam às imagens dos conflitos internos e de fragilidade das instituições. Ele é por isso o foco deste testemunho, embora as implicações estejam também presentes na cooperação da ACEP com outros países - uma ONG de intervenção cívica em prol dos direitos e do desenvolvimento.

Aprendemos com o estudioso e ativista cívico brasileiro Paulo Freire, e com a sua experiência de educação de adultos na Guiné-Bissau logo a seguir à independência, a necessidade de “aprendizagem do mundo”, de ir contra a corrente, de recusar leituras e abordagens simplificadoras de realidades complexas. E aprendemos também a procurar envolver mais e mais gente na procura de novas abordagens e de realização e valorização do que se convencionou chamar “boas práticas”.

Este processo complexo temo-lo experimentado em iniciativas como a “Casa dos Direitos” da Guiné-Bissau - uma aposta persistente de diferentes organizações, sobretudo guineenses mas também algumas poucas estrangeiras, na procura de construção de novos caminhos para a paz e o desenvolvimento, numa situação de fragilidades várias, mas valorizando recursos qualitativos muito importantes.

Criada no espaço do que era a mais antiga prisão colonial na Guiné-Bissau, no centro histórico da cidade, prisão encerrada pelo Governo guineense em 2011, por proposta desse conjunto de organizações, a “Casa dos Direitos” vem-se constituindo, desde o dia da sua abertura, em fevereiro de 2012, como um espaço público, de partilha de recursos, de promoção de iniciativas de pesquisa, de debate, de ati-

vidades culturais e de diálogo. Este é um processo de real criação de espaços de diálogo entre os diversos setores da sociedade guineense, do Estado à Sociedade Civil, dando um contributo que acreditamos ser ímpar, na promoção de uma cultura de paz, de promoção dos direitos humanos.

A criação no espaço da “Casa dos Direitos” de novos projetos, como um “Observatório dos Direitos”, que está a monitorar várias dimensões dos direitos em todas as regiões do país, ou o projeto “*Ora di Diritu*” (tempo dos direitos, em crioulo da Guiné-Bissau), pensado para aproveitar a situação positiva criada com as últimas eleições nacionais, um programa de edições, de exposições de fotografia ou ilustração, de ateliers de formação artística para jovens, têm fornecido uma base de trabalho regular a que se vêm juntar iniciativas de outros - sejam organizações guineenses, sejam estrangeiras - tornando a Casa dos Direitos numa casa de todos para todos.

Temos na ACEP muito orgulho na nossa participação neste processo e é claro que temos tido boas companhias, que se mobilizam de acordo com as perspetivas e missões individuais, mas que reconhecem a importância e singularidade de certos espaços comuns - organizações de mulheres ou de jovens, organizações vocacionadas para uma abordagem integrada de direitos humanos ou organizações de desenvolvimento, redes diversas, como a das rádios comunitárias, espalhadas por todos o país, animadas por jovens voluntários - desmontando ideias feitas de que na Guiné-Bissau não há instituições, não há capacidades próprias e que viva à espera da cooperação internacional.

# PAULA, A MENINA ALBINA

The Big Hand

[www.thebighand.org](http://www.thebighand.org)

[www.facebook.com/TheBigHand.org](https://www.facebook.com/TheBigHand.org)



THE  
**BIG  
HAND**.ORG  
CHILDREN FIRST

A The Big Hand foi fundada por David Fernandes em Julho de 2010 como resultado da experiência adquirida desde 2004, altura em que iniciou a sua atividade como professor voluntário, em Moçambique.

O sonho de David tornou possível criar um programa de apoio a crianças em risco, que promove o seu acesso a um sistema de proteção através da escola.

A The Big Hand conta com o apoio de amigos e parceiros das mais variadas áreas e experiências que partilham o mesmo desejo: transformar o mundo num local melhor.

Desde então tem desenvolvido projetos sustentáveis de desenvolvimento comunitário, que valorizam os interesses das crianças através da promoção dos princípios da igualdade.

Quando avaliamos como a situação das crianças e jovens tem evoluído, durante estes 5 anos, constatamos que houve avanços muito significativos.

É comum a menina em risco abdicar da escola, ou dos projetos, para ficar em casa a tomar conta do seu irmão mais novo. Quando uma menina faz o inverso e traz o seu irmão para o projeto é um sinal de que estamos no caminho certo! A experiência diz-nos que é de extrema importância continuar a promover a participação das crianças nas assembleias de avaliação e planeamento das atividades, para que se sintam valorizadas e respeitadas.

É com orgulho que temos partilhado casos de sucesso, como a história de coragem da Paula\*, uma menina albina.

Paula\* é uma menina albina de 13 anos que, pela sua condição, viveu toda a sua vida negligenciada pela sua comunidade e, principalmente, pela sua família.



A Paula, ao contrário dos seus irmãos, não foi registada ao nascer, nem autorizada a ir à escola, trabalhando todos os dias na horta e em casa.

Durante o trabalho comunitário na aldeia, os monitores Big Hand encontraram a Paula numa situação muito preocupante. Debilitada, apresentava queimaduras consequentes da exposição continuada ao sol e uma inabilidade social bastante profunda, pois as únicas pessoas com quem convivia era a com a mãe e os irmãos.

Apesar dos esforços cada vez maiores das entidades responsáveis, os albinos ainda são alvo de preconceito e discriminação, principalmente em meios rurais.

Existem situações de abandono por parte dos pais logo após o nascimento, outros acreditam que é uma doença contagiosa, entre outras situações bem mais dramáticas.

Felizmente, a Paula foi descoberta pela equipa Big Hand e apadrinhada. Após recuperação do seu estado de saúde, ingressou na primeira classe com 13 anos levando na mão, orgulhosamente, a sua mala Big Hand. Hoje é uma menina que cuida da sua pele e usa sempre o seu chapéu como os monitores Big Hand lhe ensinaram.

Paula ainda é bastante tímida, mas aos poucos estamos a conquistar a sua confiança.

São histórias como esta que nos motivam a continuar a trabalhar cada vez mais e melhor, para que possamos beneficiar mais crianças que vivem em risco.





# MIGRAÇÕES E DEMOGRAFIA

Conselho Português  
para os Refugiados

[www.cpr.pt](http://www.cpr.pt)

São várias as razões que podem conduzir às migrações, mas estas estão, invariavelmente, relacionadas com a procura de novas oportunidades e uma vida mais segura. Na primeira, encontram-se as pessoas que, livremente, decidem migrar, dentro ou fora dos seus países, com o objetivo de alterar integralmente a sua situação económica e/ou familiar e, na segunda, encontram-se aqueles que são forçados a deslocar-se, também dentro ou fora dos seus países, para escapar a perseguições, conflitos e violações dos Direitos Humanos. Para cada um destes grupos, os Estados têm diferentes obrigações e as pessoas diferentes direitos.

Neste vasto universo das migrações, o pensamento e ação do Conselho Português para os Refugiados (CPR) direciona-se, naturalmente, para os migrantes mais vulneráveis, aqueles que são forçados a deslocar-se devido a perseguições e violência generalizada, e que não gozam da proteção do seu país de origem.

No final de 2014, contabilizavam-se cerca de 19,5 milhões de refugiados, 38,2 milhões de deslocados internos e 1,8 milhões de requerentes de proteção internacional, de acordo com dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), num total de perto de 60 milhões de pessoas com necessidades de proteção, o número mais elevado desde a 2ª Guerra Mundial. Oitenta e seis por cento destes migrantes são acolhidos por países em desenvolvimento.

São evidentes as ligações entre migrações e desenvolvimento, designadamente o impacto sócio-económico e

cultural, tanto nos países de acolhimento como nos de origem, mas não tão notórias as ligações com as migrações forçadas, pelo que importa, justamente, destacá-las.

Desde logo, o papel chave que os refugiados e as suas famílias podem ter nos processos de construção da paz e reconstrução pós-conflito, se apoiados por políticas de desenvolvimento amplas e agregadoras. Por outro lado, o fim dos conflitos pode ditar o retorno voluntário de milhares de refugiados e estes podem auxiliar na necessária reconstrução do país e na transição para a paz; a nível demográfico, se o influxo dos refugiados for tratado de forma adequada, pode ter um impacto positivo no desenvolvimento local e nacional. Por último, importa também salientar que processos de desenvolvimento mal sucedidos podem contribuir para as causas das migrações forçadas, designadamente a impossibilidade das pessoas exercerem livremente os seus direitos humanos.

No Ano em que se celebra o Desenvolvimento, recordamos as palavras de António Guterres, Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados e de William Lacy Swing, Diretor-geral da Organização Internacional das Migrações, que sustentam que “num mundo globalizado, interligado e inseguro, as pessoas tendem a deslocar-se cada vez mais. A nossa resposta não deveria ser orientada pelo medo e rejeição. Pelo contrário, necessitamos de um empenho determinado para proteger os direitos e os interesses de todos”.



# COLETIVIDADES LOCAIS

## VIVER NO CONCRETO

A revista VIVER tem procurado trabalhar num determinado sentido. Não é uma revista informativa para substituir os jornais e órgãos do género. Também não é uma revista que procure o sensacionalismo. Temos procurado tratar temas que estimulem as pessoas a pensar. Se as pessoas, olhando e lendo a revista, sentem mais vontade de perceber melhor as coisas que as rodeiam, de perceber melhor a vida, com mais inteligência e com mais interesse, conseguimos alcançar o nosso objetivo. E pensamos que não é só nosso. Porque, no fundo, todos

aqueles que, de alguma maneira, têm alguma ação em relação ao coletivo e às pessoas têm esse objetivo, que é o de melhorar e valorizar os recursos humanos de que dispõem.

Entre quem governa a vida local e as populações, há uma espécie de intermediários do quotidiano que são as coletividades e os dirigentes das coletividades e as pessoas que trabalham para os outros. A maior parte das vezes voluntariamente e sem recompensa nenhuma.

Segundo um levantamento feito pela ADRACES há já alguns anos, as associações neste território são muito numerosas (cerca de 500). E nós, revista VIVER, temos essa consciência, de que as coletividades locais ajudam a fixar as populações às suas terras, às suas aldeias, às suas



freguesias. Há jovens que só ficam nas terras, porque estão no futebol, estão na música, estão na ginástica. E isto é extremamente importante. O papel que as coletividades desempenham tem de ser apoiado.

Sentimos que as coletividades vivem com problemas. Para se afirmarem, para se desenvolverem! É chegada a hora e o tempo de tentar canalizar para estas coletividades alguma ajuda. Para isso, temos de saber quem são, o que desejam e qual o apoio mais adequado e possível para ultrapassar as suas dificuldades. E, se possível, que ideias têm sobre como se poderia organizar a ajuda de que eles necessitam.

Com base naquilo que nos disserem, a VIVER vai trabalhar estas questões e vai propor à ADRACES e a quem mais de direito, para que as ajudas possam materializar-se. Portanto, a VIVER pretende divulgar e valorizar o trabalho das coletividades e, com os seus dirigentes e responsáveis, com as pessoas que pensam e trabalham para o bem-estar das suas terras, de mão na mão, fazer alguma coisa para melhorar a situação.

Conseguir condições para recrutar gente jovem qualificada para as tarefas de organização, gestão e requalificação de atividades para as quais as “tradicionalistas boas-vontades”, por muito que queiram, não estão preparadas.

Sabemos que as necessidades são muitas, tanto de condições como de recursos. Normalmente, as primeiras reivindicações referem-se a instalações. Raramente se

pensa e se assume que “quem verdadeiramente faz as coletividades são as pessoas, os seus conhecimentos e vontades”, por isso é melhor “pensar menos nas paredes e nas instalações, e mais nos recursos humanos das associações”.

As coletividades locais, regra geral, se ligeiramente apoiadas para integrar jovens com formação específica nas áreas da contabilidade, informática, artes, educação física, música, enfermagem, etc. etc., podem assegurar condições de empregabilidade e fixação de jovens que, sem essas “frágeis” ligações, partirão para sempre!

Esta é, sem dúvida, uma nova e muito meritória frente de luta que necessita do entusiasmo, ideias e participação de todos quantos tenham sensibilidade para a sua verdadeira importância. Em todos os lugares da BIS, da Beira Baixa e do Interior, necessitamos de fortalecer o papel das nossas coletividades locais.

Começámos as discussões sobre uma nova frente de trabalho para a VIVER, relacionada com a necessidade de compreensão e desenvolvimento de condições que correspondam às necessidades sentidas pelas coletividades locais da BIS. Realizaram-se, até ao momento, duas reuniões, uma em Vila Velha de Ródão e outra em Idanha-a-Nova, das quais inserimos algumas imagens e os respetivos registos de presenças. Aguardamos com grande expectativa o desenrolar de novos momentos de análise coletiva desta questão, dos quais daremos conta no nosso próximo número.



# Coletividades Locais

# PALAVRAS DITAS

## Em Vila Velha de Ródão ...

“Entre os autarcas, entre quem governa a vida local e as populações, há uma espécie de intermediários do quotidiano que são as coletividades e os dirigentes das coletividades e as pessoas que trabalham para os outros. A maior parte das vezes voluntariamente e sem recompensa nenhuma”.

“Segundo um levantamento feito pela ADRACES há já alguns anos, as associações neste território são muito numerosas. E nós na revista temos essa consciência, de que as coletividades locais ajudam a fixar as populações às suas terras, às suas aldeias, às suas freguesias. Há jovens que só ficam nas terras, porque estão no futebol, estão na música, estão na ginástica. E isto é extremamente importante. O papel que as coletividades desempenham tem de ser apoiado”.

“Meter gente mais jovem, renovar pessoal... Só por aí é que podemos chegar mais longe”.

“Pensem não só nas paredes das associações e nas instalações, mas pensem nos recursos humanos das associações”.

“Suponham que uma associação é frequentada por jovens desempregados e até com formações específicas e que, nas outras associações não só lhes falta dinheiro, mas lhes falta quem saiba mexer em informática, para fazer um programa para cobrar as quotas, administrar e gerir com mais facilidade a associação. Ou seja, imaginem que em certas associações lhes falta outras capacidades com mais formação. Então, se calhar, entre todas podem entreajudar-se, porque há ali em todo o lado quem possa colaborar com uma associação, e nessa associação deve haver gente que pode colaborar com as outras associações. O que quero dizer é que é errado se continuarmos cada um a pensar no seu quintal. Temos de estar abertos sempre a procurar gente que possa cooperar com os nossos projetos. Porque sozinhos e sem falar com os outros temos muito mais dificuldades”.

“Acho que as associações devem ter um papel muito importante que é o de perpetuar a história viva daquilo que nós fomos. Aquilo que pode ser um elemento importante para o futuro é nós reportarmos, no dia-a-dia, aquilo que é o bilhete de identidade histórico destas freguesias, de forma a que os possamos divulgar e colocar à disposição de outras comunidades. A cultura rural, a cultura local só

pode ser referenciada para as novas gerações se o trabalho documental de pesquisa e investigações sobre a origem do território for feito de forma consistente. Independentemente de quem fique, muita gente não ficará, mas voltará e virá como mais assiduidade dependendo daquilo que nós formos capazes de deixar como memória viva. É um trabalho fundamental que deve ser realizado pelas associações em colaboração com câmaras municipais e freguesias”.

“Em todas as terras onde estão, existe uma mesma necessidade: a necessidade de emprego, sobretudo para os jovens, para que eles não saiam da terra. Segundo consta, existem neste país cerca de 37 mil coletividades. Se cada uma destas 37 mil coletividades recebesse uma ajuda para poder dar trabalho a mais um jovem, bem preparado numa determinada área de formação (informático, contabilista, treinador de futebol, preparador físico, mestre de banda, etc.), eram 37 mil empregos de jovens criados em Portugal. Resolvendo o problema das vossas associações estavam a ajudar a resolver o problema da falta de emprego em simultâneo”.

“Não concordo. O emprego não é uma coisa abstrata. Falando assim, parece que o emprego é uma coisa que anda por aí no ar e que a gente apanha e mete no bolso. O emprego é uma coisa objetiva, que resulta numa atividade sustentável de alguém que a quer fazer. E tem de ser paga”.

“Se houver um informático, um enfermeiro, um preparador, seja quem for, que está a ser ajudado para trabalhar naquela associação, ele estará a rentabilizar aquela associação e estará a criar um serviço e uma atividade, não pelo subsídio, mas porque ele gera valor. Para beneficiar desse serviço, a pessoa tem de pagar. Um contabilista que faz a contabilidade da associação, e a associação é melhor gerida e pode chegar a mais gente e desenvolver-se, então a economia desenvolve-se. Não estou a falar de empregar gente por empregar. É emprego para responder a necessidades, necessidades estas que geram a sua própria receita e a sua própria rentabilidade”.

“A maior parte das coletividades locais vive sem os recursos humanos adequados e qualificados para melhorar a sua dinâmica e a sua própria gestão”.



A Revista VIVER agradece a todos os participantes no debate:

Alexandra Ventura – Centro Recreativo e Cultural de Coxerros; Carlos Lourenço – Centro Cultural Recreativo do Tostão; Natália Ramos – Associação Gentes de Ródão; Patrícia Carmona – Associação Gentes de Ródão; Joaquim Branco – Associação Desportiva e Cultural dos Amarelos; José Antunes – Núcleo Benfiquista de Vila Velha de Ródão; Manuel Gonçalves – Associação Recreativa e Cultural de Cebolais de Baixo; Jorge Cardoso – Centro Desportivo Recreativo e Cultural de Vila Velha de Ródão (CDRC); Jorge Gouveia – Associação de Estudos do Alto Tejo; Joaquim Pereira – Junta de Freguesia de Perais; Vergílio Pires – Junta de Freguesia de Sarnadas de Ródão; João Mendes – Junta de Freguesia de Vila Velha de Ródão; José Pereira Correia – Junta de Freguesia de Fratel

## E em Idanha-a-Nova

“Para mim, o facto de haver um número muito elevado de associações a nível nacional significa uma ausência do Estado em relação à organização da sociedade civil. Seria importante conceber uma medida, uma política, um programa, destinados especificamente às coletividades e a compartilhar os custos do recrutamento de jovens adequados às necessidades dessas associações. Estaríamos, por um lado, a criar emprego e, por outro, a dinamizar e a contribuir para melhorar os serviços que essas entidades prestam”.

“É muito mais fácil construir uma casa do que ter os recursos humanos que necessitamos à disposição. Essa capacitação institucional é fundamental, porque há muitas associações que não têm recursos financeiros para ir buscar os humanos”.

“A maior parte das coletividades não tem capacidade para ir buscar apoio aos fundos europeus. Todos lá andam por carolice. Como vão pagar a alguém qualificado para preparar uma candidatura? Com que dinheiro?”

“Se calhar, há coletividades a mais em terras pequenas, em que umas contrariam os interesses das outras, anulando-se mutuamente. Haveria uma conveniência numa certa racionalização, que deve ser feita de baixo para cima”.

“Se é aconselhável ou não tentar dar um passo para um certo profissionalismo? Acho que não. Não estão interes-

sadas, não querem... Falo em relação às pequenas e muito pequenas. Essas associações não querem crescer, apenas se querem manter. Não lhes faz falta funcionários, porque não é preciso. Os carolas que lá estão fazem esse trabalho, porque o potencial de crescimento é nulo. Sejamos realistas, a maior parte das freguesias nem tem ninguém para participar nas atividades que possam ser organizadas pelas associações da terra”.

“Depende dos objetivos que cada associação traça para atingir. Associações com projetos e com ambições estarão, com certeza, interessadas em ganhar um certo profissionalismo e em ter e procurar apoios para a prossecução dos seus objetivos”.

“O que suscita a necessidade de organização é a dimensão do grupo de pessoas que integra a coletividade. E há uma coisa que tem de estar muito bem definida, que são os objetivos para essa organização. Por outras palavras, as ambições de crescimento e a clareza de objetivos de cada associação. Não podemos colocar associações profissionais e amadoras no mesmo saco. E também lhe digo que não há pior coisa que juntar recursos humanos numa coisa onde não há estrutura. Sendo poucos, se não há estrutura, funciona mal. Se lhe juntar mais gente só aumenta a escala do problema. O âmbito, a dimensão e os objetivos, quanto a mim, são os critérios que definem se devemos ou podemos ter ou não a adição de recursos humanos”.

“O tipo de motivação que rege as pequenas associações é estarmos ali para fazer uma coisa gira para um conjunto de pessoas, que são os nossos amigos, e fazemos uma associação. E há uma coisa que as pessoas não querem: Eu já trabalho, não vou agora estar numa associação para trabalhar segundo padrões de eficiência, rigor e disciplina, como tenho de fazer no trabalho onde estou. Para isso, eu já passo a semana toda a trabalhar. Então eu vou no fim-de-semana para um ambiente, mais ou menos social, ao qual me dedico por carolice e ainda tenho de sujeitar-me a isto? No entanto, se não houver disciplina em termos de funcionamento de uma associação, de facto, é difícil ter uma organização sólida. E não se resolve o problema adicionando novos recursos”.

“É por isso que se existirem regras para se poder aceder a esse potencial apoio de que vimos falando, essas regras funcionariam como pedagogia e como estímulo à auto-organização. E mais: à disciplina de objetivos. Ao submeter uma candidatura, a direção tem de saber concretamente qual é o seu objetivo, tem de provar se tem meios e recursos, se a estrutura está ou não adequada. Tudo isto obriga a uma reflexão metodológica que permite perceber se a organização tem ou não capacidade para receber o apoio e o digerir. Agora, a promessa de apoio é um estímulo a que as coisas melhorem e se organizem”.

“Uma das coisas que mais impede o desenvolvimento das estruturas associativas da sociedade civil em Portugal é

a não profissionalização dos seus quadros executivos. A disciplina não é tão fácil de impor a alguém que é voluntário e trabalha de graça como será a um funcionário. Se eu recruta um funcionário e lhe pago, eu posso exigir disciplina! Se uma associação tem um corpo de técnicos que presta um serviço e é pago por isso, podemos exigir disciplina!”

“Penso que deviam existir medidas relativamente simples, integradas e geridas localmente. Para facilitar a vida das associações, deviam de existir objetivos mensuráveis no final, que sejam contratos-programa, onde mais ou menos se elenque os objetivos a cumprir, mas com alguma flexibilidade para a gestão associativa. Temos de ser muito mais exigentes no topo, enquanto métrica de resultados, mas mais flexíveis e desburocratizados no alcance de cada objetivo. E sempre que o objetivo é conseguido, as associações devem ser premiadas monetariamente”.

“Com a escassez de recursos, penso que também haverá menos possibilidades de dispararmos. Vamos unir esforços e recursos, sempre que possível, e de baixo para cima, celebrando contratos-programa cujos objetivos estariam em torno desse contrato-programa, em que várias entidades, federando essas pessoas, repartindo tarefas e objetivos, onde cada um é responsável por algo e tem obrigatoriedade de o alcançar, seria uma estratégia válida para solidificar o papel das associações locais. A minha proposta assenta numa organização dentro desta filosofia”.

A Revista VIVER agradece a todos os participantes no debate:

Rui Pinheiro - Ajidanha - Associação de Juventude de Idanha-a-Nova; Gonçalo Costa - Junta de Freguesia de Ladoeiro, Mascal - Movimento de Apoio e Solidariedade Coletiva do Ladoeiro, Clube de Praticantes de Outdoor Ar Livre, ACDL - Associação Desportiva do Ladoeiro, Raia dos Sonhos - Associação Cultural e Recreativa de Ladoeiro; João Abrantes - Filarmónica Idanhense; João Perdigoto - Montes da Raia, Agrupamento de Produtores de Carne, Lda.; Sofia Espada - Quarta Perfeita - Produção de Eventos; Paulo Cunha - ARBI - Associação de Regantes e Beneficiários de Idanha-a-Nova.



# O REGRESSO DO CAVALEIRO BRANCO

Abel Cuncas

Ora Viva... como estão? Ainda se lembram de mim? Pois, há tanto tempo não é? É isso... sou o Cuncas, o Abel, acertaram, bem se vê que “quem merece não esquece”; ou será outra coisa, vai-se a ver - a Tia Júlia também será candidata... e, como está em época de juntar de-votos, lembrou-se cá dos Cuncas e da sua “força eleitoral”. Por mim, tudo bem. Já estou por tudo. C’u má ssim, um dia destes vamos todos na enxurrada, Cuncas velhos e novos, de ambos os géneros e todas as condições, “barridinhos” destes ribeirinhos mansos das periferias da UE- KEL, pelo grande tsunami do Mar do Norte. Deixemo-nos de maus agoiros, vamos mas é ouvirmos a história do dia em que se assustaram com o “Cavaleiro Branco”, que não era o do apocalipse.

## Primeiro ato:

— Oh Rosa... Rosaaa...! Oh Rosa, anda cá abaixo mulher...  
Chiça, que é surda que nem um calhau!

— Já vou, já vou, que estardalhaço é esse? Está alguém na forca ou rebentaram-te as águas?! Que diabo, nem parece teu, prima Júlia. Tem lá sossego que o Zé já está deitado e ainda arma pr’aí um pé-de-vento.

— Tá bem, tá bem, não me leves a mal, tive de vir agora, porque esta manhã esqueci-me de falar disto e sem ti não posso lá ir...

— Ir aonde Júlia?

— Olha, ali ao cerro da pedra. Lembras-te daqueles feijanitos miúdos que lá semeámos? O meu António passou por lá ontem e diz que se não formos já não apanhamos nada. Com estes calores, estão a abrir e os pássaros a dar conta deles e a rir-se de nós. Temos de ir lá amanhã bem cedo para aproveitar a brandura da noite, a ver se ainda arranjam um saquinho deles para os caldinhos de nabo! Anda lá, Rosa, aproveitamos e damos um passeio pela fresquinha!

— Que rica prima me saíste... Só me trazes é trabalhos! Lá irei... Está descansada. Logo que despache o café do Zé, aí por volta das seis, encontramos-nos à saída para a estrada nova. Vai descansada e tem lá cuidado com as más companhias!

— Já vou mais descansadinha, lá isso vou. Quais companhias, mulher... Nem boas nem más, só se forem as almas do outro mundo a espreitarem pelas janelas das casas vazias! Chego até casa sem ver alma viva! Até amanhã e vê lá se acordas o Zé para te fazer companhia...

## Segundo ato:

Ao lusco-fusco da alvorada,  
naquela hora em que todos os

gatos são pardos (a hora dos lobos, como se diz na canção), por entre uma nevoazinha húmida e misteriosamente transparente, como cortina que pouco a pouco se entreabre deixando ver mais ao longe, lá vão, lado a lado, pela estrada nova, a caminho do cerro da pedra e dos feijõezinhos, a Rosa e a Júlia, em descontraída ladainha de lamentações sobre o isolamento em que vivem, quando, ao sair duma curva do caminho no alto da colina, subitamente, de olhos esbugalhados de espanto e medo, braço trémulo apontando ao longe, pálida como a névoa que as envolvia, a Rosa parou e, meio sufocada, murmurou:

— Júlia... Ai, Santo Deus... Estamos perdidas. Olha, olha... Tás a ver?

A Júlia benzendo-se:

— Que é isso, Rosa? Sentes-te mal, queres voltar para trás? Que estás a ver que eu não vejo nada?

— Acolá... Não vês? Não me digas que não vês... Aquelas coisas enormes que estão vindo sobre nós por detrás daquele monte. Não vês... Cada vez parecem maiores e estar mais perto. Ai... Ai, Nossa Senhora dos Altos Céus nos acuda!

— Acalma-te Rosa... Olha, senta-te aqui um bocadinho neste murinho, não te assustes mulher... Bem se vê que, desde aquela vez que vieste ajudar a plantar os feijões, nunca mais passaste por aqui... Aquilo que vês, avança para nós, é grande e avassalador, mas não chega cá hoje! Aquilo que vês são as cabeças de Castelo Branco, agora mais conhecido por Cavaleiro Branco! Cavaleiro de cavalo betonado que galopa, galopa... até nos espantar a todos das terrinhas onde nascemos. Ai Rosa, nem imaginas, ainda te hei-de contar uma história antiga dum outro cavalo a que chamaram de Tróia, sabes... Tem coragem, filha, tu não sabes, mas muitos dos homens que se foram cá da Aldeia, andam no ventre daquele cavalo do Cavaleiro Branco. Pronto, serena-te, cachopa, vamos passar ali na nascente das raposas, beber um canequinho de água fresca e apressar-nos a apanhar os nossos feijõezinhos enquanto os há. Talvez o Cavaleiro Branco pare antes de cá chegar, ou entorpeça por indigestão. ■





## NESTA EDIÇÃO DESTACA-SE:

### DO EDITOR 03

“Tendo em consideração o que está feito e as condições do início desta nova fase de apoio, designado por Objetivo 2020, aqui na VIVER, pensa-se que, a partir de agora, a ESTRATÉGIA deve privilegiar intensamente todas as políticas e medidas ligadas à Educação, ao Emprego e ao Associativismo - três deficiências fundamentais na nossa sociedade”.

### GRANDE TEMA 04

“Temos aqui características edafo-climáticas excelentes para a produção agrícola, agroindustrial, agroalimentar, das indústrias criativas, da economia verde, do turismo rural, do turismo de natureza... É preciso agora vendermos isto bem a nós próprios e ao país, para que as gerações qualificadas se sintam atraídas a desenvolver os seus projetos de vida aqui”.

“Enquanto autarca vejo este novo Quadro Comunitário com alguma apreensão. Ele é gizado no conforto de Lisboa, das cadeiras, gabinetes e ar condicionado, e pelas pessoas que pensam o país naquele conforto. E o país é bem diferente e diverso. Não podemos olhar para Vila Velha de Ródão como olhamos para Lisboa, para Trás-os-Montes ou para o Algarve. Temos de ter a perceção de que, se cometemos erros no passado na gestão de quadros comunitários, não fizemos os mesmos erros em todo o lado. Se houve sítios onde as políticas chegaram e os beneficiaram no passado, há casos em que esses benefícios não chegaram, com necessidades que têm de ser colmatadas. Acho que o governo se está a esquecer disso, e o novo Quadro Comunitário está enfocado numa determinada filosofia que se esquece desta diversidade do país”.

“Durante décadas, independentemente de gostarem de viver aqui ou não, as populações não tinham soluções para se fixarem por cá; tinham de procurar o Litoral e as grandes cidades para irem viver. Conseguimos, nos últimos anos, com muito esforço das autarquias, criar condições para inverter esta tendência: fixar indústria, criar emprego, criar riqueza... e depois temos um Quadro Comunitário que dá respostas que não incluem esta nossa realidade”.

“A criação de emprego nas zonas rurais é essencial. O fator crítico para a criação de emprego será obviamente o desenvolvimento de atividades económicas, que, nas zonas rurais, deve ser levado a cabo numa perspetiva de sustentabilidade futura, pelo que deverá assentar na valorização económica dos recursos endógenos. A agricultura e a floresta são fundamentais para assegurar o desenvolvimento de Portugal e do mundo rural em particular, uma vez que contribuem decisivamente para a vitalidade dos nossos territórios e são determinantes para o desenvolvimento das regiões, a nível económico, ambiental e social, constituindo uma importante fonte de emprego”.